

Responsabilidade social pra quê e pra quem?

Análise crítica dos projetos de responsabilidade social corporativa da ThyssenKrupp Companhia Siderúrgica do Atlântico – TKCSA, em Santa Cruz, Rio de Janeiro, Brasil

1ª edição



Rio de Janeiro, março de 2015

PACS - Instituto Políticas Alternativas para o Cone Sul

Rua Evaristo da Veiga, 47/702 - Centro - CEP 20031-040 - Rio de Janeiro - RJ

Telefone: +55 21 2210-2124

www.pacs.org.br

Coordenação **Instituto Políticas Alternativas para o Cone Sul - PACS**

Texto **Equipe PACS**

Pesquisa **Anderson Tavares**

Fotos **Arquivo PACS**

Revisão de Texto **Gigi Silva**

Projeto Gráfico **Gabi Caspary - Espaço Donas Marcianas**

Ilustrações **Pádua Pires e Gabi Caspary**

Apoio **Fundação Rosa Luxemburgo (FRL)**

Esta publicação foi financiada com recursos da FRL com fundos do Ministério Federal da Cooperação Econômica e de Desenvolvimento (BMZ).

ISBN 978-85-89366-30-4



	Apresentação	4
■	Responsabilidade Social Corporativa da TKCSA: solução ou problema para quem?	12
■	Serviço público, poder privado	14
■	“Só os empregos não bastam...”	16
■	Nova ou velha estratégia?	17
■	Harmonia ou conflito de interesses?	21
■	Qual a lógica da Responsabilidade Social?	27
■	Projetos voluntários e apoios pontuais	33
■	De onde vem a Responsabilidade Social Corporativa?	34
■	Alvos e funções da Responsabilidade Social Corporativa	41
■	O negócio da Responsabilidade	43
■	E a Vale?	45
■	A voz do poder corporativo, mas na boca do povo	46
■	Os projetos e áreas escolhidas: “precisão cirúrgica”	58
■	Projetos “sociais” da TKCSA: direito negado e “serviço” oferecido	60
■	Conclusão: 10 lições sobre a Responsabilidade Social Corporativa	81
■	Conheça os materiais do PACS	87
■	Bibliografia	90



A vida não está fácil pra ninguém.

Mas a gente vai levando, não é mesmo?

AGORA, IMAGINE SE UM DIA UM SUJEITO MILIONÁRIO VIER MORAR JUSTO NA SUA RUA, SEM VOCÊ SABER DIREITO O PORQUÊ. MAS QUE NÃO ERA RUA DE RICO, ISSO VOCÊ SABIA BEM.



E SE, DE REPENTE, ESSE RICAÇO COMEÇASSE A JOGAR O LIXO DELE NA RUA TODOS OS DIAS? É OLHA QUE GENTE RICA PRODUZ BASTANTE LIXO, HEIN! DESPERDÍCIO DE MERCADORIAS, TODA HORA COMPRANDO COISAS NOVAS, JOGANDO OUTRAS FORA, FAZENDO FESTAS, BANQUETES, CHURRASCOS, RECEPÇÕES DE "NEGÓCIOS"... SABE COMO É: MUITO LUXO - E HAJA LIXO!

MAS A SITUAÇÃO FICA PIOR: O MILIONÁRIO - QUE, DESCOBRIU-SE EM SEGUIDA, VEIO DE FORA DO PAÍS - ALÉM DO BARULHO E DO FECHAMENTO FREQUENTE DAS RUAS DA VIZINHANÇA PARA SEUS CONVIDADOS E CLIENTES,



COMEÇOU A JOGAR O LIXO NÃO APENAS NA CALÇADA, MAS TAMBÉM NO RIO QUE PASSA DENTRO DA MANSÃO DELE E DESCE PELAS RUAS DO BAIRRO. JUSTO NO RIO QUE ALIMENTAVA AS CASAS DA VIZINHANÇA COM ÁGUA PURA DESDE SEMPRE. AÍ NÃO DÁ, NÉ?!

AS PESSOAS COMEÇARAM A RECLAMAR, FALAR ENTRE SI, VER O QUE PODIAM FAZER. TENTARAM PEDIR PARA ELE PARAR, MAS ELE INFORMOU QUE A MANSÃO FUNCIONAVA COMO UMA EMPRESA E QUE NÃO PODIA PARAR DE FAZER NEGÓCIOS E NEM PARAR DE SUJAR TUDO COM SEU LIXO, POIS ARRISCARIA DIMINUIR A MARGEM DE LUCRO.



TEVE UM PESSOAL QUE SE REVOLTOU. OUTROS O APELIDARAM DE "RICO SUJÃO", MAS NÃO TEVE JEITO. O CARA TINHA UM BANDO DE SEGURANÇAS PARTICULARES, GUARDA-COSTAS ARMADOS; SÓ DE OLHAR DAVA MEDO... E O PIOR: AS AUTORIDADES NÃO FAZIAM NADA!



POR MAIS QUE O POVO RECLAMASSE, O PESSOAL DO GOVERNO DIZIA QUE IA FAZER ALGO, MAS SEMPRE ENROLAVA. ESTRANHO? HUM, O GOVERNO É ASSIM COM GENTE RICA, TODO MUNDO SABE.



DEPOIS DE UM TEMPO DESCOBRIU-SE QUE ELE TINHA RECEBIDO O TERRENO DE GRAÇA DA PREFEITURA E QUE NÃO PAGAVA UM MONTE DE IMPOSTOS POR DECISÃO DO PRÓPRIO GOVERNO... E MAIS: ELE NÃO TINHA LICENÇA PARA ESTAR FAZENDO AQUELES NEGÓCIOS ALI. DEVE SER ALGUÉM MUITO PODEROSO, TODO MUNDO CONCLUIU.



SÓ QUE AS PESSOAS COMEÇARAM A FICAR DOENTES COM A ÁGUA DO RIO CADA VEZ MAIS POLUÍDA. CRIANÇAS E IDOSOS MAIS QUE TODOS. SABE-SE LÁ O QUE ELE DESPEJAVA LÁ. SERIA ALGO TÓXICO? OS MÉDICOS NÃO DÃO LAUDO, MAS NA COMUNIDADE HÁ QUEM JURE QUE TEVE MAIS DE UMA IDOSA QUE MORREU POR CAUSA DAQUELA POLUIÇÃO... UM HORROR!



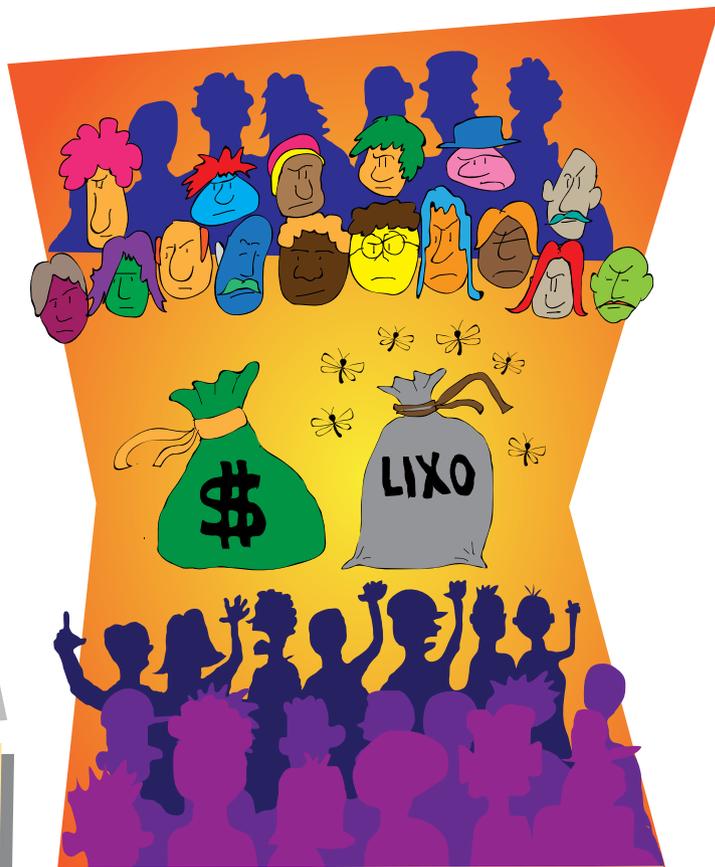
A INDIGNAÇÃO VOLTOU NA VIZINHANÇA, QUE COMEÇOU A SE ORGANIZAR, PEDIR AJUDA, IR NA JUSTIÇA, NA TELEVISÃO, FALAR COM DEPUTADOS, JUÍZES, ARTISTAS... A COISA CRESCERU, GANHOU MANCHETES NO PAÍS E NO MUNDO, ATÉ NO LUGAR DE ONDE O MILIONÁRIO VEIO.



ELE ENTÃO CHAMOU OS VIZINHOS PRA CONVERSAR E PROPÔS UM ACORDO: A POLUIÇÃO (QUE O MILIONÁRIO CHAMA DE "INCÔMODO") VAI CONTINUAR, NÃO TEM JEITO; MAS JÁ QUE ELE É PODRE DE RICO, PODE OFERECER ALGUMAS "COMPENSAÇÕES". POR EXEMPLO, COMEÇOU A CONSTRUIR UMA ESCOLA, UM NOVO POSTO DE SAÚDE (QUE TRATA DE TUDO, MENOS DA DOENÇA PROVOCADA PELA ÁGUA POLUÍDA), CHAMOU ALGUMAS PESSOAS PARA TRABALHAR COM ELE, COMEÇOU A COMPRAR NO MERCADO LOCAL, PAGAR O DÍZIMO MAIS GENEROSO DA IGREJA, BANCOU UMA RODA DE SAMBA NO CARNAVAL, BOTOU UMA GRANA NA CAIXINHA DA ASSOCIAÇÃO DE MORADORES (QUE NEM EXISTIA)... ENFIM, ABRIU A CARTEIRA PARA APOIAR PROJETOS SOCIAIS NA COMUNIDADE.



OS PROJETOS NÃO RESOLVIAM OS PROBLEMAS, MAS AJUDAVAM UM BOCADO PRA QUEM SEMPRE HAVIA TIDO SERVIÇOS PÚBLICOS RUINS. A MAIORIA DOS PROJETOS ERA PRA JOVENS E IDOSOS. E PRA QUEM ESTAVA SEM EMPREGO, QUALQUER TRABALHO É TRABALHO, CERTO? AINDA MAIS PERTO DE CASA. DE FATO, ALGUNS PROJETOS ERAM BEM LEGAIS E AJUDARAM O PESSOAL EM COISAS IMPORTANTES, ATÉ MESMO A TIRAR DOCUMENTOS... MAS A POLUIÇÃO CONTINUAVA E AS PESSOAS, ADOECENDO. QUE SITUAÇÃO!



O POVO QUE ANTES ESTAVA UNIDO, PELO MENOS NA RECLAMAÇÃO E NO USO COMUM DA ÁGUA, AGORA ESTAVA TÔDO DIVIDIDO. NINGUÉM SABIA O QUE PENSAR, COMO AGIR. ERA UMA ESCOLHA DIFÍCIL, POIS A CHEGADA DO MILIONÁRIO ERA RUIM E BOA AO MESMO TEMPO, DE JEITOS DIFERENTES: RUIM PRA SAÚDE E BOA PRO SALÁRIO E PRA ALGUNS SERVIÇOS. SERÁ QUE VALIA A PENA? NINGUÉM SE ENTENDIA.

O GOVERNO APROVEITOU PRA SEGUIR SEM FAZER NADA CONTRA O CARA, POIS SE JÁ NÃO FAZIA ANTES, AGORA QUE PARTE DOS VIZINHOS PAROU DE RECLAMAR DO "RICO SUJÃO" POR MEDO DOS SEGURANÇAS E POR MEDO DOS PROJETOS SOCIAIS ACABAREM, FICOU MAIS FÁCIL PRO GOVERNO IGNORAR A POLUIÇÃO.



E NENHUM DAQUELES PROJETOS SOCIAIS ERA ILEGAL, MAS AJUDAVAM A MANTER UMA SITUAÇÃO INJUSTA E PERIGOSA. O RICO SEGUIA MAIS RICO, SEM LICENÇA E POLUINDO A VIDA DOS VIZINHOS. E OS PROJETOS SOCIAIS "LIMPANDO" A BARRA DELE. UMA SUJEIRA. E AGORA, O QUE FAZER?

NEGÓCIOS

Usina da ThyssenKrupp no Rio é alvo de investigação do MP

Empresa teria praticado crimes ambientais na construção de uma ponte para escoamento da produção

Por meio de uma denúncia anônima, o Ministério Público Federal (MPF) em São Paulo investiga a ThyssenKrupp por supostos crimes ambientais cometidos durante a construção de uma ponte para escoamento da produção da usina siderúrgica localizada no bairro de São Mateus, no Rio de Janeiro.

O MPF alega que a empresa teria praticado crimes ambientais, como a supressão de vegetação e a alteração do curso de um rio, para a construção da ponte. A investigação também aponta para a suposta contaminação do solo e da água por resíduos industriais.

A ThyssenKrupp nega as acusações e afirma que todas as obras foram realizadas em conformidade com as normas ambientais vigentes. A empresa também alega que a ponte é necessária para a operação normal da usina e para a segurança da comunidade local.



Usina da ThyssenKrupp em São Mateus, no Rio de Janeiro. A empresa alega que a ponte é necessária para a operação normal da usina e para a segurança da comunidade local.

Cronograma já foi revisto duas vezes

Custo total do projeto passou de € 3,5 bilhões para € 4,5 bilhões

Os custos do projeto de construção da Usina Siderúrgica de São Mateus, no Rio de Janeiro, aumentaram para € 4,5 bilhões, segundo o cronograma atualizado pela ThyssenKrupp. O custo total do projeto passou de € 3,5 bilhões para € 4,5 bilhões.

O aumento dos custos é devido a vários fatores, incluindo a complexidade da obra, a necessidade de reforçar a estrutura da ponte e a aquisição de equipamentos mais modernos. A empresa também informou que o cronograma do projeto foi revisto duas vezes devido a essas alterações.

Apesar do aumento dos custos, a ThyssenKrupp mantém o compromisso de entregar a usina dentro do prazo previsto. A empresa também afirma que o projeto é essencial para a operação normal da usina e para a segurança da comunidade local.

Estado multa CSA em R\$ 1,8 milhão por poluição

Defeito em equipamento leva siderúrgica a reduzir produção; situação levará 2 semanas para ser normalizada

O Estado de São Paulo multou a Companhia Siderúrgica de Aço (CSA) em R\$ 1,8 milhão por poluição decorrente de um defeito em um equipamento. A multa foi aplicada por não conformidade com as normas ambientais vigentes.

O defeito ocorreu durante a operação normal da usina e levou a uma redução temporária da produção. A situação levou duas semanas para ser normalizada. A empresa informou que o equipamento foi reparado e a produção voltou ao normal.

A multa também serve como uma advertência para a empresa, que deve tomar medidas para evitar a ocorrência de novos incidentes semelhantes. A ThyssenKrupp afirma que está comprometida com a sustentabilidade e a responsabilidade ambiental.

Paes critica CSA e indica ação verde

Prefeito anuncia incentivos a prédios sustentáveis, com ISS e IPTU menores

O prefeito de São Paulo, Fernando Haddad, criticou a Companhia Siderúrgica de Aço (CSA) por não cumprir com as normas ambientais. Ele também anunciou incentivos para a construção de prédios sustentáveis, com ISS e IPTU menores.

Haddad afirmou que a CSA não está fazendo o suficiente para reduzir sua pegada ambiental e que isso é uma preocupação para a cidade. Ele também mencionou que a empresa não está investindo adequadamente em tecnologias sustentáveis.

Além disso, o prefeito anunciou que o município oferecerá incentivos financeiros para a construção de prédios sustentáveis. Isso inclui a redução do Imposto Sobre Serviços (ISS) e do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) para edifícios que adotarem práticas sustentáveis.

• Correção: a siderúrgica de Aço (CSA) não está localizada no bairro de São Mateus, no Rio de Janeiro, mas no bairro de São Mateus, no Rio de Janeiro.



RENATO GOMES, morador de Santa Cruz, afirma que vem tendo problemas de saúde devido a siderurgia.

Pó brilhoso assusta Santa Cruz

Moradores afirmam que vem tendo problemas de saúde devido a siderurgia

Moradores de Santa Cruz afirmam que vêm tendo problemas de saúde devido à proximidade com a Usina Siderúrgica de Aço (CSA). Eles apontam para o pó brilhoso que é lançado pela usina e que causa irritação nos olhos e na pele.

Os moradores também relatam problemas respiratórios e alergias, que acreditam serem causados pelo pó. Eles pedem medidas mais eficazes para reduzir a poluição e melhorar a qualidade do ar na região.

A ThyssenKrupp afirma que a usina possui equipamentos modernos para controlar a emissão de pó e que os níveis de poluição estão dentro dos limites permitidos. No entanto, os moradores continuam a expressar suas preocupações.



DOSSA MARINHA, uma imobilizadora, o PO que vem incomodando os moradores de Santa Cruz.

O preço do progresso

CSA aumentará em 76% o lançamento de dióxido de carbono na atmosfera da cidade



Usina da ThyssenKrupp em São Mateus, no Rio de Janeiro. A empresa alega que a ponte é necessária para a operação normal da usina e para a segurança da comunidade local.

Paes critica CSA e indica ação verde

Prefeito anuncia incentivos a prédios sustentáveis, com ISS e IPTU menores

O prefeito de São Paulo, Fernando Haddad, criticou a Companhia Siderúrgica de Aço (CSA) por não cumprir com as normas ambientais. Ele também anunciou incentivos para a construção de prédios sustentáveis, com ISS e IPTU menores.

Haddad afirmou que a CSA não está fazendo o suficiente para reduzir sua pegada ambiental e que isso é uma preocupação para a cidade. Ele também mencionou que a empresa não está investindo adequadamente em tecnologias sustentáveis.

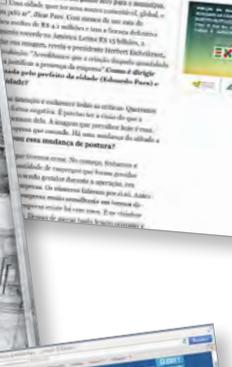
Além disso, o prefeito anunciou que o município oferecerá incentivos financeiros para a construção de prédios sustentáveis. Isso inclui a redução do Imposto Sobre Serviços (ISS) e do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) para edifícios que adotarem práticas sustentáveis.



Presidente da CSA admite erros: 'Achamos que só os empregos bastariam'

A presidente da Companhia Siderúrgica de Aço (CSA) admitiu erros cometidos durante a construção da usina. Ela afirmou que a empresa acreditava que apenas a criação de empregos seria suficiente para resolver os problemas da região.

Embora reconheça os erros, ela também destacou os benefícios da usina, como a geração de empregos e o desenvolvimento econômico local. Ela afirmou que a empresa está comprometida em melhorar a qualidade do ar e a sustentabilidade da usina.



Usina da ThyssenKrupp em São Mateus, no Rio de Janeiro. A empresa alega que a ponte é necessária para a operação normal da usina e para a segurança da comunidade local.

CSA tem autorização para operar renovada, apesar de apesar de pendências ambientais

Usina siderúrgica da ThyssenKrupp em São Mateus, no Rio de Janeiro, pode operar apesar de pendências ambientais



Usina da ThyssenKrupp em São Mateus, no Rio de Janeiro. A empresa alega que a ponte é necessária para a operação normal da usina e para a segurança da comunidade local.

E se a história for parecida com a realidade?

Essa história do *millionário sujo* não é verdade, foi inventada.

A que vamos contar nas próximas páginas é parecida com ela, só que se trata de uma história verdadeira. E ela está acontecendo agora mesmo no bairro de Santa Cruz, no Rio de Janeiro.

E, infelizmente, por ser uma história real, ela é mais difícil de ser resolvida do que os problemas enfrentados pelos vizinhos do *millionário sujo*.

Lá em Santa Cruz eles precisam de ajuda para sair dessa confusão, mas não adianta dar uma contribuição em dinheiro, nem assinar uma petição online apenas. A ajuda que podemos dar agora é pensando junto com eles como sair dessa enrascada, que o Governo do Estado e duas grandes empresas multinacionais colocaram para esses moradores ao instalarem uma usina siderúrgica no quintal de suas casas.

Por um lado, as pessoas sentem que estão ficando doentes com a poeira expelida pela fábrica.

Por outro, a empresa criou uma série de projetos sociais em uma região que sempre foi muito mal atendida pelo poder público.

E agora, o que fazer?

Zona Oeste:
Santa Cruz
Guaratiba
Campo Grande
Bangu
Realengo
Jacarepaguá
Barra da Tijuca

**Estado do
Rio de Janeiro**



Responsabilidade Social Corporativa da TKCSA: Solução ou problema... para quem?

O problema que os moradores de Santa Cruz estão vivendo chegou em 2006, quando a ThyssenKrupp Companhia Siderúrgica do Atlântico (TKCSA) começou a construir aquela que seria a maior siderúrgica da América Latina no terreno que fica entre as suas casas e às margens da baía de Sepetiba. Naquela época, os moradores não sabiam o que estava por vir quando a fábrica entrasse em operação em 2010. No começo, foram só os pescadores que perceberam o problema que tinha chegado.

Afinal, um investimento de R\$ 15 bilhões realizado pela alemã ThyssenKrupp e pela brasileira Vale S.A. estava sendo apresentado como indutor de “progresso” e “desenvolvimento” para aquela região. A expectativa era alta. Somente em 2014 o faturamento global da ThyssenKrupp, que possui 73% das ações da TKCSA, foi de 41 bilhões de dólares¹. A Vale, que possui os restantes 23%, tinha lucros de R\$ 13 bilhões anuais quando a siderúrgica começou a ser construída². De fato, eram vizinhos bem ricos que estavam chegando a Santa Cruz. Na linguagem dos economistas, ambas eram empresas de “capital monopolista”, pois tanto o mercado mundial do aço (ThyssenKrupp) quanto do minério (Vale) pertencem a pouquíssimas empresas, gigantes e muito poderosas. É o tipo de empresa que raramente vai à falência, mesmo em momentos de crise. São as grandes *corporações*.

1. <http://www.thyssenkrupp.com/en/konzern/index.html>

2. http://g1.globo.com/Noticias/Economia_Negocios/0,,AA1480978-9356,00-VALE+DO+RIO+DOCE+FECHA+-COM+LUCRO+RECORDE+DE+R+BILHOES.html

Mas os impactos à saúde vieram tão forte quanto o capital dessas empresas, fazendo alguns moradores de Santa Cruz denunciarem, no Brasil e no exterior, a poluição que ficou conhecida como “chuva de prata”, emitida desde que a TKCSA entrou em operação, em 18 de junho de 2010³.

As autoridades ambientais do estado do Rio de Janeiro aplicaram multas, mas permitiram o funcionamento da fábrica daquele jeito. E, mesmo com a *chuva de prata* no auge, o governador autorizou a empresa a acender o segundo alto-forno, dobrando a capacidade – e também a poluição⁴.

E a população de Santa Cruz – especialmente os mais de 30 mil moradores que vivem no entorno da fábrica – o que eles fizeram?

Assim como os pescadores, eles também tentaram se unir para enfrentar a situação, pois, diante de um vizinho tão rico e poderoso, somente muita união pode trazer a força, como diz o ditado. Se uma pessoa fizer uma denúncia para a imprensa é uma coisa; se todos os moradores protestarem juntos, é outra!

Um grupo de moradores se organizou para chamar os vizinhos, para informar uns aos outros sobre seus direitos, tentando mostrar a importância da união. Mas no dia a dia se manter unido para enfrentar esses gigantes é mais difícil do que parece...

A “chuva de prata” é a forma como a população de Santa Cruz apelidou a fuligem expelida pela TKCSA. Em 2012, após muita pressão, a Secretaria de Estado de Ambiente (SEA) fez um estudo no qual constatou a presença de diversos elementos



químicos. Em 2014, a Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) divulgou relatório confirmando que a poluição causa danos à saúde dos moradores.

Confira o relatório em:
<http://www.agencia.fiocruz.br>

3. A primeira forte emissão de chuva de prata pela TKCSA foi em 19 de agosto de 2010. Ver: O GLOBO, 20/08/10.

4. http://www.inea.antigo.rj.gov.br/noticias/noticia_dinamica1.asp?id_noticia=1088

Muitos motivos explicam porque a maior parte dos pescadores e moradores continua sem lutar contra a TKCSA, mesmo sofrendo os impactos da poluição causada pela siderúrgica. A maioria da população trabalha fora, no centro da cidade, ficando sem tempo pra política depois de horas no trânsito para ir e voltar todos os dias. Outros ficam com medo de represálias, pois a empresa já foi acusada de envolvimento com firmas de segurança particulares semiclandestinas. Muitos simplesmente não acreditam na possibilidade de vitória contra um inimigo tão poderoso que “veio pra ficar” e tentam se adaptar como podem. Teve gente que até se mudou porque não aguentou ficar doente.

Agora, também existe um outro fator que explica essa baixa intensidade na defesa de seus direitos por parte de muitos moradores e pescadores: a existência de uma série de projetos de **“Responsabilidade Social Corporativa”** promovidos e divulgados pela TKCSA.

Solução para a empresa e continuação do problema da poluição na vida dos moradores e moradoras!

Serviço público, poder privado

A situação é delicada (e contraditória): a empresa viola alguns direitos, por um lado, mas ajuda na promoção de outros, por outro. No caso do direito à saúde, essa sinuca de bico em que estão os moradores fica mais clara. A TKCSA tem causado doenças nos olhos, peles e aparelhos respiratórios da maioria da população local, ao mesmo tempo em que financiou a construção de Unidades de Pronto Atendimento (UPAs) e reformas no Posto de Saúde da Família, que não possuem especialistas nas doenças causadas pela poluição da empresa, mas ajudam bastante em outros cuidados médicos importantes, como hipertensão, diabetes e cuidados para a terceira idade.

A população fica obrigada a fazer uma escolha imoral entre qual doença tratar e qual deixar prosseguir. É como se a busca de um direito fosse atrapalhar a conquista de outro direito, ou até do mesmo!

Está certo isso?

O absurdo é grande: se o povo de Santa Cruz se unir para lutar pelos seus direitos (à saúde, ao trabalho, à educação de qualidade) pode acabar perdendo as poucas melhorias que receberam nos últimos anos, caso a TKCSA vá embora de lá por conta da insatisfação popular e ponha fim aos seus projetos sociais.

Parece injusto? Jogo sujo? Vejamos como a Secretaria de Ambiente do Rio de Janeiro explicou a duplicação da capacidade da TKCSA em 2010 mesmo com a poluição em alta e a revolta popular também:

“A Companhia alegou que o prazo de 60 dias [para fazer auditoria sobre poluição] era muito longo e que isso lhe acarretaria sérios prejuízos econômicos, jurídicos e sociais, inclusive com a possível demissão de 800 postos de trabalho. Por isso, tomamos essa decisão, com o aval do governador Sérgio Cabral, que entendeu a necessidade da CSA. Mas tudo sob o acompanhamento rigoroso dos órgãos ambientais - garantiu Marilene Ramos.”⁵

O recado estava dado. Se a população se rebelar contra a empresa (cobrando que ela atue dentro das normas legais), obrigaria os políticos a fazerem algo contra a TKCSA, para não perder votos na hora da eleição. Mas se isso acontecer, “haverá demissões em massa”, ameaçam. E se a empresa ameaça dispensar centenas de postos de trabalho com essa rapidez, imagine o que será dos projetos sociais na comunidade...

5. Declaração oficial da presidente do Instituto Estadual do Ambiente (INEA), em 21/12/2010. Disponível em: http://www.inea.antigo.rj.gov.br/noticias/noticia_dinamica1.asp?id_noticia=1088

Os boatos em Santa Cruz confirmavam isso. Todos ficaram preocupados, sem saber o que fazer: lutar ou se adaptar? Exigir respeito aos direitos ou aproveitar os projetos-piloto oferecidos pela empresa como “compensação”?

“Só os empregos não bastam...”

Essa situação tornou-se difícil e os moradores de Santa Cruz reagiram de formas diferentes. Uns continuaram denunciando a empresa, exigindo que ela parasse com a poluição ou que fosse embora, caso não fosse possível produzir aço sem intoxicar os vizinhos. Outros, no entanto, ficaram numa encruzilhada, pois os projetos sociais da TKCSA pareciam estar dando uma melhorada na vida, ainda que em aspectos pontuais.

Mesmo com essa divisão na comunidade, a indignação ainda era muito forte em 2011, fazendo o presidente da ThyssenKrupp na Alemanha reconhecer que precisava rever a estratégia e investir na imagem da empresa junto à comunidade em Santa Cruz. Nos cálculos iniciais da TKCSA, “somente os empregos criados bastariam” para que a população aceitasse viver respirando emissões de resíduos tóxicos:

“Temos que admitir que tivemos erros. No começo, tínhamos a impressão de que a criação daquela quantidade de empregos que foram gerados durante a construção e, agora, que estão sendo gerados durante a operação era suficiente para justificar a presença da empresa(...).

Temos que reconhecer que as pessoas não estavam acostumadas a viver numa área próxima a uma siderúrgica. Quando acontece algum tipo de emissão, como no

caso do grafite, um material visível, as pessoas ficam assustadas (...). Não vamos conseguir manter um relacionamento com a comunidade se existir esse medo que esses inconvenientes causem mal à saúde.”⁶

Assim, um ano após entrar em operação, a TKCSA percebeu que empregar 2,7 mil pessoas não bastaria para apaziguar os ânimos em Santa Cruz, até porque muitos empregados não são da comunidade, vieram de fora, de outros estados e até de outros países.

Era preciso fazer mais, e rápido. Foi assim que a nova estratégia entrou em cena: os projetos de Responsabilidade Social Corporativa da empresa teriam que se expandir com força para ganhar apoio na comunidade, gerar divisões entre os moradores, colocá-los numa escolha difícil e, ao fim, conseguir “justificar a presença da empresa” no local, como disse o presidente.

Nova ou velha estratégia?

A estratégia não era tão nova assim. No processo de licenciamento ambiental da TKCSA, a empresa já havia se comprometido a arcar com uma série de projetos no valor de R\$ 24,6 milhões para “compensar” os impactos causados pela construção e operação da fábrica. Os projetos se destinavam à compra de equipamentos para órgãos públicos, melhorias em ruas e leitos de rios, projetos em escolas públicas e construção de centros de capacitação profissional, além de apoio a entidades de pesca:

6. O GLOBO, 21/02/2011. Disponível em: <http://oglobo.globo.com/economia/presidente-da-csa-admite-erros-achamos-que-so-os-empregos-bastariam-2792767>

TKCSA – Medidas compensatórias pactuadas com o Estado do Rio de Janeiro

1. Medidas compensatórias vinculadas às condicionantes da licença ambiental

PROJETO	DETALHES / DESDOBRAMENTOS DO PROJETO	VALOR (R\$)
1. Fábrica de gelo para os pescadores da baía de Sepetiba	Atravessando o Atravessador (Ass. Pescadores Artesanais de Sepetiba – APAS): Construção de Entrepasto de armazenamento, processamento e comercialização de pescado / Apoio à comercialização de Pescado em Pedra de Guaratiba (Colônia de Pescadores Z-14)	410.000,00
2. Barco patrulha para Capitania dos Portos	Doação de duas embarcações e duas carretas rodoviárias para a Capitania dos Portos de Itacuruçá	263.500,00
3. Contrato de compra de pescado a preço de mercado	Transferido para o Memorando de Entendimentos de 22/08/11	3.793.377,01
4. Apoio à maricultura em Mangaratiba	Construção de Fazenda Marinha para promover o desenvolvimento socioeconômico dos maricultores de Mangaratiba (AMAR), do Litoral Sul (AMALIS) e da Costa Verde de Itaguaí (AMCOVERI)	285.000,00
5. Atracadouro para pequenos reparos em Mangaratiba	Aquisição de um estaleiro para Mangaratiba (Associação dos Maricultores de Mangaratiba – AMAR)	200.000,00
6. Apoio à escola de pesca de Mangaratiba	Transferido para o Memorando de Entendimentos de 22/08/11	–
7. Instalação de centro educacional em Itaguaí	Construção da Escola Técnica de Itaguaí – SENAI e custeio de bolsas de estudo	6.572.818,00
8. Projetos viários em Itaguaí	Asfaltamento e drenagem de 16km de áreas de Itaguaí, em especial Chaperó (Gleba A, Parque Primavera), Ipirapitanga e Coroa Grande	7.196.592,19

PROJETO	DETALHES / DESDOBRAMENTOS DO PROJETO	VALOR (R\$)
9. Implantação de leitos no Hospital Pedro II	Construção de UPA 24h em Itaguaí em substituição à medida original relativa ao Hospital Pedro II	1.500.000,00
10. Carros e equipamentos para Corpo de Bombeiros.	Doação de dois veículos, diversos equipamentos e uma galeria de treinamento para o Corpo de Bombeiros do estado do Rio de Janeiro	2.268.245,99
11. Projetos de reflorestamento pela supressão da vegetação	Projeto Replanta Guandu II (reflorestamento das cabeceiras do Rio Guandu) incluído	1.099.999,10
12. Projeto de educação ambiental	Programa de Comunicação e Educação Ambiental em 14 escolas públicas municipais (7.000 alunos e 360 professores) localizadas na área de influência do complexo siderúrgico	602.704,33
13. Projetos para comunidade da Av. João XXIII	Censo Social para diagnóstico e implantação de atividades esportivas, educativas, artísticas e palestras direcionadas a crianças e adolescentes	450.000,00
Total		24.642.236,62

Nesta lista inicial ainda não estava previsto nenhum projeto de Responsabilidade Social destinado à população de Santa Cruz.

Mas chama atenção a inclusão de um “Censo Social sobre Santa Cruz e Adjacências” como medida compensatória (R\$ 450 mil), que foi realizado em 2009.

A partir dele, a empresa teve acesso a uma série de informações sobre a população local, podendo planejar melhor como ser mais efetiva em seus projetos de Responsabilidade Social Corporativa, caso fossem necessários no futuro. E, como sabemos, eles foram bastante importantes quando a população de Santa Cruz começou a abrir os olhos para os problemas causados pela TKCSA...

A TKCSA, por meio de uma “medida compensatória pactuada com o estado do Rio de Janeiro”, tornou-se detentora de um conhecimento precioso sobre as pessoas que moram em Santa Cruz, suas opiniões e percepções, algo que nem o Estado possuía. E o censo nunca foi divulgado para a população local. Em posse de tais informações, a empresa descobriu o que as pessoas sentiam como mais precário em sua região, onde as melhorias eram mais urgentes. Daí ficou mais fácil realizar projetos pontuais, quase “cirúrgicos”, mas que passavam a ter grande repercussão social no local, exatamente por atacar as demandas mais sensíveis da população de Santa Cruz e adjacências. Bom “pacto” com o governo, não é mesmo?

A relação com o governo é a outra coisa que chama atenção nesta lista iniciais de projetos realizados pela TKCSA. São barcos para a Capitania dos Portos, carros para o Corpo de Bombeiros, pavimentação de ruas, obras de drenagem, construção de escolas técnicas e clínicas públicas... Um festival de financiamento privado dos órgãos e serviços públicos. Não é de se estranhar, portanto, a boa relação da empresa e dos poderes do Estado⁷, sempre benevolentes no momento de “punir” a empresa por seus crimes ambientais e sociais.

Não é raro que as medidas de compensação acabem se tornando ferramentas de propaganda, de promoção da imagem e valor de mercado da própria TKCSA. E pior: que não “compensem” de verdade seus impactos.

7. Os poderes executivos (municipal, estadual e federal) possuem uma relação benevolente com a TKCSA, mas o mesmo não pode ser dito do poder judiciário, em especial do Ministério Público do estado do Rio de Janeiro, que abriu ações contra os crimes ambientais da TKCSA e recusou-se a assinar conjuntamente os acordos entre a empresa e os órgãos ambientais.

“Nunca é demais lembrar a boa relação entre o Estado e a TKCSA: a empresa recebeu gratuitamente o terreno de 9km² como doação, mais empréstimos do BNDES (no valor de R\$ 2,3 bilhões), está isenta do Imposto Municipal sobre Serviços (ISS) e de Imposto sobre Circulação e Mercadorias (ICMS), pelo município e estado do Rio de Janeiro, respectivamente. No total, a soma de dinheiro público existente na TKCSA alcança a cifra de R\$ 5 bilhões!”⁸

Harmonia ou conflito de interesses?

O financiamento de órgãos e serviços públicos por uma empresa multinacional gera uma polêmica acirrada sobre as atribuições do estado e do mercado. Por um lado, a empresa recebe R\$ 5 bilhões dos governos em empréstimos e isenções fiscais e, por outro, desembolsa R\$ 24 milhões para conseguir sua licença ambiental. Olhando assim, é fácil ver quem saiu no lucro!

Mas e o prejuízo, fica com quem?

A população do Rio de Janeiro e o meio ambiente sabem a resposta. Antes mesmo da inauguração e do início das *chuvas de prata*, já era possível saber que a poluição seria grave. Só não se sabia ao certo por que os órgãos ambientais permitiam uma empresa, sozinha, aumentar 76% nas emissões de gás carbônico na cidade. Até a grande imprensa registrou!

Aquelas “medidas compensatórias” da tabela anterior não direcionavam pagamentos ou equipamentos aos órgãos responsáveis pelas licenças, como o Instituto Estadual do Ambiente (INEA), da Secretaria de Estado do Ambiente do Rio de Janeiro (SEA). Até então não havia indícios diretos de favorecimento à empresa.

8. Ver: <http://www.pacs.org.br/2013/08/30/tkcsa-um-paraiso-fiscal-em-santa-cruz/>



Mas a relação estreita entre o estado e a TKCSA deu um passo além, ultrapassando todas as polêmicas, ao produzir um verdadeiro conflito de interesses entre o bem público e o interesse privado: um documento interno da ThyssenKrupp para seus acionistas foi conseguido na Alemanha em 2011, durante assembleia de sócios da empresa, no qual registrava-se o pagamento de R\$ 4,6 milhões para a reforma do prédio do INEA, no Rio de Janeiro!

Ou seja, o órgão responsável pela liberação (ou negação) das licenças ambientais no estado estava sendo financiado, em valor alto, por um megaempreendimento industrial ainda em fase de licenciamento. A denúncia era grave!

Primeiro, a presidente do INEA, Marilene Ramos, tentou negar. Mas era o próprio ex-presidente da ThyssenKrupp, Ekkehard Schulz, que confirmava a informação. O INEA então mudou o discurso e admitiu que recebeu o dinheiro, via um convênio com a Federação de Indústrias do Rio de Janeiro. Tudo foi publicado no Diário Oficial do Estado:

*Segundo informações disponibilizadas através do Parlamento Europeu, durante uma audiência pública, na Alemanha, consta um documento oficial da ThyssenKrupp (denominado “CSA Social Projects”) onde a empresa declara uma compensação social por meio de doação no valor de R\$ 4.600.000,00 (quatro milhões e seiscentos mil reais) direcionada à FEEMA (atual INEA) para reforma da sede deste órgão ambiental, que havia sofrido um incêndio no seu prédio administrativo, situado no bairro de São Cristóvão, no município do Rio de Janeiro. Esta informação foi confirmada pela Presidente do INEA durante sua oitava na ALERJ, que informou que: “(...) o INEA tem um convênio de cooperação técnica com o CIRJ, Centro de Indústrias, para que o CIRJ dê ao INEA apoio técnico, apoio estrutural, a parte de gestão, em várias áreas. O CIRJ recolhe recursos dos seus associados e com esses recursos é que fez este convênio conosco (INEA)”.*⁹

9. Conferir o Diário Oficial do Rio de Janeiro, disponível em: http://www.ioerj.com.br/portal/modules/conteudoonline/view_pdf.php?ie=MTcyNzE=&ip=MTk=&s=YWUwNjlkYzE0ZjNiYWZjYzE3ZGQwOWVmOTRmOTcwYjA=

O órgão público vigilante estava sendo pago pela empresa vigiada. Você acha isso normal?

“A campanha ‘Pare TKCSA’ tem recebido apoio de vários lugares do Brasil e do mundo. Na Alemanha, defensores de direitos humanos fazem constantes denúncias sobre a atuação da empresa no Rio de Janeiro. Em uma de suas ações, na Assembleia de Sócios da empresa, surpreenderam-se ao ver uma tabela com projetos sociais da TKCSA, dentre os quais constava a doação de R\$ 4,6 milhões (em destaque na tabela a seguir) ao órgão responsável por licenças ambientais no estado do Rio. Essa informação nunca havia sido divulgada no Brasil antes! A tabela foi entregue em inglês na assembleia e traduzida para o português pelo Instituto Políticas Alternativas para o Cone Sul (PACS).”

Projetos Sociais CSA

PROJETO	OBJETIVO / ESCOPO	MOTIVAÇÃO	ORÇAMENTO
Construção de escola técnica em Itaguaí	Oferecer treinamento profissional, cobrindo principalmente o campo dos processos industriais e, de forma complementar, as áreas de administração, comércio e serviços, buscando a promoção do desenvolvimento das pessoas que vivem na área onde a TKCSA está localizada	Medida de compensação adicional	5.000.000,00
Vários projetos de apoio à comunidade de Santa Cruz	Realização de diagnóstico e implementação de projetos sociais	–	450.000,00
Apoio às associações de pescadores e maricultores	Subprojeto - Fazenda Marinha (AMAR) - Associação dos Maricultores de Mangaratiba	–	95.000,00

Projetos Sociais CSA

PROJETO	OBJETIVO / ESCOPO	MOTIVAÇÃO	ORÇAMENTO
Apoio às associações de pescadores e maricultores	Subprojeto - Atravessando o Atravessador - APAS - Associação dos Pescadores Artesanais de Sepetiba	-	330.000,00
	Apoio à comercialização do pescado de Pedra de Guaratiba - Colônia Z14 da Pedra de Guaratiba	-	80.000,00
	Subprojeto - Cultivo de <i>coquille</i> na baía de Sepetiba - AMALIS - Associação de Maricultores do Litoral Sul do Estado do RJ	-	95.000,00
	Subprojeto - Fazenda Marinha - APMIM - Associação de Pescadores e Maricultores da Ilha da Marambaia	-	95.000,00
	Subprojeto - Aquisição de um estaleiro para os pescadores artesanais - AMAR - Associação dos Maricultores de Mangaratiba	-	200.000,00
	Subprojeto - Fazenda Marinha Enseada do Boi - Associação de Maricultores da Costa Verde de Itaguaí	-	95.000,00
	Subprojeto - Construção de Pier Pesqueiro - APLIM - Associação de Pescadores e Lavradores da Ilha da Madeira	Investimento social	130.000,00
	Subprojeto - UEPA - Projeto junto às comunidades de pesca *Ajustes estão sendo feitos no vídeo	Investimento social	39.060,00
	Outros projetos a serem definidos	-	20.000,00
	Total		1.179.060,00

Projetos Sociais CSA

PROJETO	OBJETIVO / ESCOPO	MOTIVAÇÃO	ORÇAMENTO
Compensação municipal derivada da autorização nº 578 e nº 749 pela supressão de vegetação	Implementação e manutenção de áreas verdes	Compensação municipal	382.793,08
Contrato para a compra de peixe	Uma proposta está sendo desenvolvida para esse uso nos projetos	Medida de compensação adicional	4.600.000,00
Investimentos na infraestrutura de estradas de Itaguaí	Diferentes ruas nos distritos: Chaperó (Gleba A, Pq Primavera) Ipirapitanga: 16 km	-	7.200.000,00
Acordo para cooperação técnica	Reforma do escritório-sede da FEEMA	-	4.600.000,00
Compensação relativa ao impacto ambiental resultante da construção do complexo siderúrgico (Lei Federal n. 9.985/00 - Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza - SNUC	Manejo e execução de projetos relativos a unidades de conservação. O primeiro estágio do projeto, relativo ao gasto realizado pela TKCSA, foi concluído; TKCSA não é mais responsável pelo manejo e execução do projeto desde dezembro de 2008; TKCSA vai depositar a quantia restante de acordo com um cronograma prévio	SNUC	36.040.865,00
Reflorestamento resultante de acordo assinado com órgãos ambientais do Estado	Reflorestamento de áreas de preservação permanente do Guandu	TAC	1.200.500,00

Projetos Sociais CSA

PROJETO	OBJETIVO / ESCOPO	MOTIVAÇÃO	ORÇAMENTO
Reflorestamento resultante de acordo assinado com órgãos ambientais do Estado	Reflorestamento do banco de vegetação dos canais do Guandu, São Francisco e São Fernando	TAC	1.030.000,00
Recuperação da área de manguezais resultado de acordo com IBAMA e INEA	Recuperação e monitoramento da faixa de manguezais na área de acesso ao porto	Acordo assinado com o IBAMA	2.905.791,00
Monitoramento da qualidade do ar	Instalação de EMQAM em 3 escolas diferentes (Estações de Qualidade do Ar) *Valor remanescente retido de acordo com as pendências do fornecedor (data de conclusão atrasada para setembro)	Licença FEEMA	3.000.000,00
Programa de Comunicação e Responsabilidade Social - Meio Ambiente e Educação na LT 500KV Angra - Rio II	Prover informações relativas ao projeto LT às comunidades circundantes e desenvolver ações educacionais com escolas e trabalhadores da LT	Licença IBAMA	233.166,00
Melhorias na Reta do Rio Grande	Realocação e conserto do sistema de encaenação existente na Reta do Rio Grande, Santa Cruz, acesso ao Sítio	Medida de compensação adicional	515.000,00
UPA	Instalação de uma nova UPA *Em negociação com o governo do estado do Rio de Janeiro; a princípio os recursos seriam destinados a melhorias no Hospital Pedro II, mas, atendendo a um pedido do governo, mudou para uma nova UPA	-	1.500.000,00

Projetos Sociais CSA

PROJETO	OBJETIVO / ESCOPO	MOTIVAÇÃO	ORÇAMENTO
Veículos e equipamentos para os bombeiros	Uma <i>fire-engine</i> (ABT) e vários equipamentos de proteção, prevenção e combate ao fogo foram doados *Projeto excedeu o orçamento inicial; no processo de compra de equipamentos do Departamento de Bombeiros, houve um ajuste nos preços devido ao período excedente de um ano entre o pedido e a entrega do equipamento, além de algumas taxas que não foram antecipadas na compra de equipamentos para outras partes	–	2.200.000,00
Doação de barcos de patrulha às autoridades portuárias de Itacuruçá	Dois barcos militares, modelo SR620M, foram doados	–	660.000,00
Projetos de educação ambiental para a comunidade	O projeto já está preparado; esperando pela assinatura do contrato	–	500.000,00
Total			73.197.175,08

Qual a lógica da Responsabilidade Social?

As tabelas acima mostram que durante a fase de construção e licenciamento prévio (2006-2010), os projetos sociais da TKCSA se preocuparam em garantir uma boa relação com o Estado, principalmente. Como a firma ainda não havia entrado em operação, o único grupo atingido diretamente era o dos pescadores e pescadoras da baía de Sepetiba, o que explica a existência de projetos direcionados a eles e elas nessas planilhas iniciais.

A legislação ambiental brasileira prevê que um empreendimento como a TKCSA tenha uma licença prévia (“licença de instalação”) com duração de 210 dias a partir da entrada em funcionamento. Neste prazo, a indústria deve mostrar que seu funcionamento está adequado à lei para então receber a licença definitiva (“licença de operação”).

Mas com a TKCSA expelindo *chuva de prata* desde o início, a siderúrgica não conseguiu adequar-se a tempo. Além disso, a população estava cada vez mais insatisfeita, colocando em risco a legitimidade da empresa no local e aumentando o “custo político” de outorgar a licença definitiva em meio ao descontentamento geral. A “solução” encontrada foi assinar acordos, como o Termo de Cooperação Ambiental (TCA) e o Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) entre a empresa e os órgãos ambientais do Estado. Mesmo com licença prévia vencida e com licença definitiva não outorgada, a TKCSA manteve-se em operação – assim como manteve-se sua poluição.

Nesses novos acordos assinados em 2011 e 2012, respectivamente, é possível perceber uma mudança de foco: não mais o Estado (já devidamente agraciado), nem os pescadores (ainda que presentes), mas, a partir da entrada em funcionamento da TKCSA, foram os moradores e moradoras de Santa Cruz, certamente, os maiores alvos dos projetos sociais incluídos nos “pactos” com as autoridades públicas. Não surpreendentemente, isso acontecia justamente no momento em que a população local, em especial dos conjuntos habitacionais da Reta João XXIII, experimentava os danos à sua saúde causados pela *chuva de prata*.¹⁰

10. A Fundação Oswaldo Cruz já confirmou que a poluição da TKCSA causa, de fato, impactos à saúde dos moradores do entorno da fábrica. Conferir relatório final disponível em: <http://www.agencia.fiocruz.br/relat%C3%B3rio-reafirma-correla%C3%A7%C3%A3o-entre-material-expelido-pela-tkcsa-e-impactos-na-sa%C3%BAde>

A lógica então fica mais fácil de entender:

- 1.** O empreendimento precisa operar, mesmo que sem adequação à legislação ambiental e causando impactos na população local;
- 2.** Os governantes que acreditam no capital estrangeiro como indutor do desenvolvimento a qualquer custo atraem as empresas com incentivos e garantias de lucro;
- 3.** Mas a insatisfação popular com os danos socioambientais pode traduzir-se em perda de votos, logo, de poder político;
- 4.** Em vez de punir a empresa, o governo então faz acordos para mantê-la funcionando, sem resolver a poluição, mas investindo numa série de projetos de Responsabilidade Social Corporativa destinados a diminuir a resistência local contra a empresa e os governantes associados a ela;
- 5.** Os projetos não resolvem os problemas da comunidade atingida, mas são suficientes para gerar divisões entre os grupos impactados, pois os serviços e melhorias oferecidas são realizados em áreas especialmente abandonadas pelo poder público.

Assim, grandes empresas como a TKCSA conseguem seguir em funcionamento, lucrando, mesmo sem licença de operação e causando danos à saúde de quem vive no entorno, além de impactos ao meio ambiente.

Os projetos de responsabilidade social não são ilegais, mas ajudam na continuidade de uma operação poluente que viola os termos da legislação ambiental brasileira. Enquanto a TKCSA continuar sem licença de operação, tais projetos seguirão mais necessários do que nunca. Ao aliviar a pressão política sobre as autoridades públicas do Rio de Janeiro, eles contribuem para que a siderúrgica continue sendo beneficiada com ações e “acordos” amplamente vantajosos, como os TACs e TCAs.

Do ponto de vista dos atingidos, a lógica é perversa: ou aceita-se submeter-se às violações de direitos que a empresa causa ou perde-se o “direito” de ter acesso aos projetos sociais em saúde, educação, emprego e cultura promovidos pela mesma empresa. Nessa encruzilhada, a resistência fica menor e a operação pode seguir dando lucros, mesmo que em desacordo com a legislação ambiental.

TKCSA – Medidas compensatórias pactuadas com o estado do Rio de Janeiro

2. Medidas compensatórias vinculadas ao termo de cooperação ambiental

PROJETO	DETALHES / DESDOBRAMENTOS DO PROJETO	VALOR (R\$)
1. Obras de drenagem no Conjunto São Fernando	Separação das redes de esgoto sanitário e de drenagem; construção de estação de tratamento de esgotos; recuperação da rede de drenagem pluvial; construção de reservatório pulmão e sistema de bombeamento para controle de enchentes na Comunidade São Fernando	8.139.234,30
2. Clínica da Família Ernani Braga	Construção da Clínica da Família Ernani Braga, na Avenida João XXIII, Santa Cruz	4.054.911,10
3. Compensação pescadores	Disponibilização de recursos complementares ao projeto de desenvolvimento sustentável de pesca e aquicultura na baía de Sepetiba, citados abaixo em 4.2	1.600.246,11
4. Unidade Sentinela de Saúde	Contratação de consultoria para a Secretaria Municipal de Saúde da cidade do Rio de Janeiro para elaboração de Termo de Referência para Implantação de Unidade Sentinela de Saúde (observatório ou sala de situação), com disponibilização de recursos para sua instalação (provisionado – não executado)	205.608,49
TOTAL		14.000.000,00

TKCSA – Medidas compensatórias pactuadas com o estado do Rio de Janeiro
3. Medidas compensatórias vinculadas ao termo de ajustamento de conduta

PROJETO	DETALHES / DESDOBRAMENTOS DO PROJETO	VALOR (R\$)
1. Estudo epidemiológico que esclareça à população eventuais riscos à saúde	a. Disponibilizar aos trabalhadores informações sobre exposição no ambiente de trabalho, utilizando meios de comunicação interno da empresa e para Assessoria de Saúde Ambiental da SEA e Programas de Saúde do Trabalhador (estadual e municipal)	-
	b. Disponibilizar estrutura e informação de acesso para realização de audiência pública (provisionado – não executado)	100.000,00
	c. Custear obras para a central de regulação em Telemedicina, de acordo a orientação da Secretaria Municipal de Saúde	350.000,00
	d. Fornecer suporte financeiro, limitado ao saldo ainda devido do Termo de Cooperação citado na cláusula 3.5 do TAC, descontados os montantes já compromissados, para a estruturação de uma Unidade Sentinela de Saúde na região abrangida pela CAP 5.3, que possa conduzir, sob a coordenação e operação das autoridades municipais e estaduais de saúde, os estudos epidemiológicos e de morbimortalidade apontados no relatório do GT da SEA	205.608,49*
2. Plano de ação para invasões na faixa de domínio da linha férrea	Disponibilizar recursos financeiros no valor de R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais) para realização da Fase I prevista no Termo de Referência do Projeto de Plano Diretor de Reativação da Ligação Ferroviária entre Santa Cruz e Itaguaí, a ser coordenado pela Companhia Estadual de Engenharia de Transportes e Logística ("CENTRAL"), autarquia da Secretaria de Estado de Transportes, com vistas à definição de alternativas efetivas para a população residente na faixa de domínio da linha férrea, no eixo do antigo ramal Mangaratiba de trens urbanos do Rio de Janeiro	380.000,00

*Valor contabilizado em 2. Medidas compensatórias vinculadas ao termo de cooperação ambiental.

TKCSA – Medidas compensatórias pactuadas com o estado do Rio de Janeiro

3. Medidas compensatórias vinculadas ao termo de ajustamento de conduta

PROJETO	DETALHES / DESDOBRAMENTOS DO PROJETO	VALOR (R\$)
3. Estudo hidráulico para esclarecimento de responsabilidades sobre enchentes no São Fernando	Elaboração de estudo hidráulico para esclarecimento de responsabilidades sobre enchentes no São Fernando, com divulgação de resultados à população	110.000,00
4. Plano de relocação assistida da Comunidade do Abrigo	Promover a compra assistida das casas da Comunidade do Abrigo	1.272.342,54
5. Revisão dos canais de comunicação social	Editar jornal gratuito para a comunidade (Reta, centro de Santa Cruz e centro de Itaguaí), com conteúdo focado em ações de responsabilidade socioambiental e atividades da comunidade; implantar programa de visitas à fábrica; criar e veicular série de programas em rádios locais oficiais e disponibilizar informações de relevância sobre o TAC na página da empresa na internet	683.311,19
TOTAL		2.445.653,73

“A partir da entrada em funcionamento, os projetos da TKCSA se direcionam quase em sua totalidade para a população de Santa Cruz, diretamente atingida pela poluição do empreendimento. A lógica fica nítida: oferecer melhorias em serviços mal ofertados pelo poder público a fim de desmobilizar a resistência dos moradores locais.”

Projetos voluntários e apoios pontuais

Apesar da TKCSA apresentar seus acordos com as autoridades ambientais do Rio de Janeiro como “voluntários”¹¹, fica óbvio que na realidade tratam-se de negociações que convertem punições em “medidas compensatórias”, ou seja, transformam sanção em penas alternativas mais brandas.

Mas essas medidas, por mais que sejam vantajosas para a empresa, permitindo sua operação mesmo sem adequação às normas locais, não são nada “voluntárias”: elas são obrigatórias. Foi exatamente por não cumprir dezenas de medidas previstas no TAC que a empresa deixou de receber a licença definitiva em março de 2014, fazendo com que um “termo aditivo” ao TAC fosse assinado para prorrogar novamente um prazo que já estava legalmente vencido.

Assim, a tabela ao lado mostra que aquilo que é apresentado como boa-vontade, altruísmo ou “responsabilidade social” da empresa, na verdade consta como item numa lista de projetos a serem realizados em busca de um objetivo bem pragmático: a licença de operação.

No entanto, a TKCSA também realiza alguns projetos verdadeiramente voluntários no bairro de Santa Cruz. É que os projetos previstos nos acordos com a Secretaria de Ambiente estavam gerando bons resultados em termos de desmobilização social, então a TKCSA partiu para ampliar essa prática por meio de uma série de apoios financeiros a instituições estrategicamente escolhidas no bairro.

Assim, igrejas em que antes padres e pastores criticavam a empresa passaram a fazer sermões de apoio; pequenos comerciantes tiveram seus negócios divulgados; rádios comunitárias receberam “ajuda”; escolas privadas e cooperativas locais foram contempladas; artistas do bairro tiveram suas obras apoiadas e difundidas; centros de reforço escolar foram financiados; festas comunitárias e grupos

11. Por exemplo, ver o jornal da empresa “Alô Comunidade!”, Edição 7, julho de 2012, p. 2.

carnavalescos contemplados; grupos de teatro e cinema foram contratados para se apresentarem no bairro; campeonatos de futebol patrocinados; eventos de promoção de “cidadania” realizados; prêmios foram sorteados...

A proliferação de apoios cresceu na mesma medida em que os impactos.

De onde vem a Responsabilidade Social Corporativa?

A TKCSA não é a primeira grande empresa a investir em projetos de Responsabilidade Social Corporativa. Na verdade, mesmo tendo ganhado notoriedade nos anos 1990 e 2000, esta é uma prática bem mais antiga, assim como é antiga a polêmica em torno dela.

Alguns analistas informam que a Responsabilidade Social Corporativa (RSC) é tão antiga quanto o poder das empresas monopolistas e sua aplicação surge em momentos de crise social e crítica à concentração de capital,



“Porque a RSC é, dentre outras coisas, o resultado de que as grandes corporações tenham aprendido como devem enfrentar as críticas que se fazem a elas pela sociedade civil por conta dos efeitos de suas atividades.”¹²

Assim, na passagem do século XIX para o XX, alguns magnatas dos ramos do petróleo e aço (como Rockefeller e Carnegie, respectivamente) popularizaram grandes obras de filantropia, através de fundações criadas com parte de suas fortunas.

12. Ramiro (2009, p. 54). (Esta seção baseia-se nos argumentos deste autor, renomado especialista no tema da Responsabilidade Social Corporativa das empresas transnacionais.)



Nos anos 1930, com a Grande Depressão, mais fundações foram criadas por alguns milionários (como a Kellogg Foundation, nos Estados Unidos) para contrabalançar a crítica ao poder empresarial, que estava muito forte nas economias capitalistas avançadas de então, no bojo da crise iniciada com a quebra da Bolsa de Valores de Nova Iorque em 1929.

Segundo Adam Curtis, naquela época, as grandes corporações norte-americanas partiram para a contraofensiva através de investimentos em “Relações Públicas”, método inventado por Edward Bernays (sobrinho do psicanalista Sigmund Freud) para promover uma associação positiva no inconsciente dos norte-americanos entre o grande capital e uma sociedade feliz, legitimando a existência de grandes conglomerados financeiros em meio à pobreza das massas causada pela crise econômica¹³. Muitos defensores da Responsabilidade Social Corporativa hoje buscam inspiração nos métodos inovadores de Bernays de décadas atrás.

Pedro Ramiro, especialista no tema, conclui que “a caridade, o assistencialismo e o paternalismo daquela época são os antecedentes do que hoje é a Responsabilidade Social Corporativa”¹⁴.

Mas foi nos anos 1950 que o termo surgiu pela primeira vez, formulado nas escolas de negócios dos Estados Unidos. Acadêmicos como Howard Bowen defendiam que os empresários deveriam tomar decisões que fossem desejáveis para a sociedade, não apenas para seus lucros¹⁵. Outros economistas, no entanto, discordavam. Theodore Levitt, por exemplo, argumentava que o bem-estar social compete aos governos, não aos empresários¹⁶. Na mesma linha, alguns anos mais tarde Milton Friedman afirmaria que “somente as pessoas podem ter responsabilidades” e que as empresas deveriam preocupar-se somente com seus negócios.

13. Curtis (2002).

14. Idem, p. 51.

15. Bowen (1953).

16. Levitt (1958).

Mas com a expansão mundial das empresas transnacionais após a Segunda Guerra Mundial, as críticas à atuação dessas empresas se expandiu também. Nos anos 1970, as violações de direitos praticadas pelo poder corporativo estavam sob “ataque” da sociedade civil, conforme expressou o presidente do Chase Manhattan Bank, David Rockefeller:



“O empresariado americano está enfrentando a mais severa oposição desde a década de 1930. Estamos sendo atacados por humilhar os trabalhadores, enganar os consumidores, destruir o meio ambiente e desiludir as gerações futuras.”¹⁷

Essa oposição se traduzia em campanhas de boicote contra grandes corporações, como a Nestlé, que perseguia judicialmente quem a criticava por tentar substituir leite materno por seu leite em pó nos países do terceiro mundo. Ou em campanhas contra empresas que financiavam o regime do *Apartheid* na África do Sul, assim como na denúncia de grandes corporações que realizaram desastres ambientais e sociais, como a Dow Chemical, que matou 20 mil pessoas em Bophal, na Índia, numa emissão de gases tóxicos, em 1984.

Nesse clima de questionamento, as vozes que pediam por uma regulação jurídica sobre a atuação das empresas transnacionais cresceram. E diante desta pressão, a Responsabilidade Social Corporativa reapareceu como alternativa à regulamentação externa: em vez de ficar submetida a uma norma vinculante, que poderia ser julgada por um tribunal público, as empresas fizeram de tudo para evitar tais controles externos.

Em vez disso, propuseram modificar a sua forma de atuação a partir de uma série de ações voluntárias, definidas em acordos firmados dentro do próprio mundo empresarial. Essa proposta baseava-se nas novas teorias de negócios surgidas nos anos 1980, que propunham uma visão mais holística da atividade

17. Rockefeller (1971). Citado por Ramiro (2009, p. 52).



empresarial (“empresa integral”), que levasse em conta os interesses de todos os grupos envolvidos ou afetados por aquela atividade (em inglês, *stakeholders*).

Neste contexto, que coincide com o desmonte dos estados de bem-estar social e expansão do neoliberalismo, as empresas deveriam se preparar para assumir cada vez mais a “responsabilidade” por determinados aspectos “sociais” relacionados com sua atuação, seja no que diz respeito aos direitos dos trabalhadores, das comunidades ao redor, do meio ambiente e assim por diante.

Essa ideologia cresceu dentro do mundo corporativo, tornando-se dominante a partir dos anos 1990, com a ideia de que “ser uma empresa socialmente responsável é bom para seus próprios interesses”¹⁸. E não apenas entre os grandes empresários, mas também instituições públicas e organizações multilaterais foram contagiadas pela premissa de que as empresas devem ser parte da *solução* para os problemas sociais, deixando para trás a época em que eram vistas como parte do *problema*, como acontecia em meados dos anos 1970.

E assim chegamos ao final dessa década com o secretário-geral da ONU, Kofi Annan, convidando os maiores empresários monopolistas do planeta, reunidos no Fórum Econômico Mundial em 1999, a unirem-se em um “pacto global” (*Global Compact*, em inglês):



*“Eu proponho a vocês, líderes empresariais reunidos em Davos, e nós, das Nações Unidas, que iniciemos um pacto mundial de princípios e valores compartilhados, que darão uma cara humana ao mercado global (...) uma aliança criativa entre as Nações Unidas e o setor privado”.*¹⁹

18. Ramiro (2009, p. 55).

19. ONU, nota de imprensa, 01/02/99.

Outra vez, não surpreende que o crescimento da Responsabilidade Social Corporativa tenha se dado em um momento de forte questionamento do poder das empresas transnacionais e da globalização neoliberal em geral.

Em 1999, mesmo ano em que o *Global Compact* estava sendo lançado, um enorme protesto na cidade norte-americana de Seattle pôs fim a uma reunião da Organização Mundial do Comércio (OMC), tornando-se um símbolo da luta contra o poder das grandes corporações, mostrando que os povos estavam dispostos a resistir às violações de direitos humanos realizadas em função de lucros privados corporativos.

Hoje em dia, mais de uma década depois, os objetivos propostos pelo *Global Compact* não foram alcançados, nem de longe. Mas isso não deve nos fazer pensar que o objetivo político, de classe, deixou de ser obtido. O próprio funcionário do escritório do “pacto” reconheceu que não há como avaliar o cumprimento de metas voluntárias estabelecidas por cada empresa e que, mesmo se houvesse meios para isso, “não há intenção de fazê-lo”²⁰.

O verdadeiro objetivo já havia sido alcançado: vender a ideia de que existe um capitalismo como rosto humano (“cara humana ao mercado global”) e que ele está sendo implementado via projetos de Responsabilidade Social Corporativa – mas jamais por regulações estatais, internacionais ou populares sobre a atividade das empresas.

Diante disso, o alerta contra os perigos da Responsabilidade Social das Corporações foi lançado por especialistas no assunto: esses projetos acabam surgindo como uma “alternativa” ao controle público sobre as atividades empresariais.

20. Senne, Jeff (2008, p. 42). Citado por Ramiro (2009, p. 61) .



“Ao final, a RSC acabará sendo utilizada pelas empresas como uma alternativa à regulamentação e intervenção dos governos com respeito a suas responsabilidades e atividades (...) e como não se incluem verdadeiros mecanismos de supervisão e avaliação do cumprimento dos seus conteúdos (...) permitem a algumas empresas afirmar que dão provas de responsabilidade social ao passo em que violam a legislação local e internacional”.²¹

Essa breve história da Responsabilidade Social Corporativa no mundo facilita entender o que está acontecendo no Brasil, agora, com empresas como a TKCSA e outras. Apesar das particularidades de cada caso, percebe-se que, no fim, a engrenagem de projetos “sociais” tem por objetivo reduzir, substituir ou mesmo evitar a regulação pública sobre as atividades empresariais ou a transformar possíveis punições em ações “positivas” que buscam legitimidade social e valorização da marca da empresa que a realiza.

Se for bem sucedida em seus projetos, a empresa pode conseguir até mesmo evitar o cumprimento estrito da legislação, como a TKCSA faz com relação à lei ambiental, por meio de TACs e outros acordos que realiza com o Estado, às custas dos interesses da população atingida.

A campanha PARE TKCSA busca denunciar as violações de direitos humanos cometidos pela empresa e também o fato de que o TAC assinado com o governo do estado do Rio de Janeiro permite que a siderúrgica siga funcionando – e poluindo – mesmo sem haver obtido as licenças necessárias.

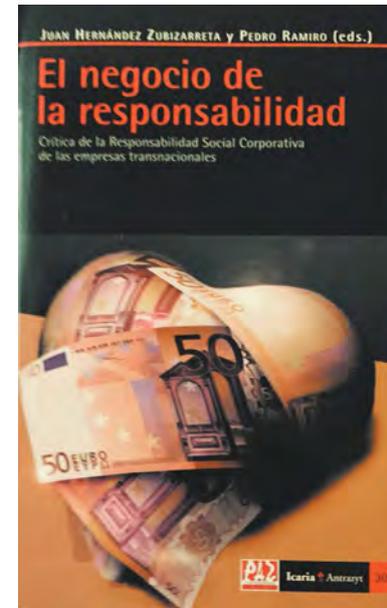


21. Ramiro (2009, p. 60).

Responsabilidade Corporativa ou Empresarial?

“Em todo caso, a Responsabilidade Social Corporativa (RSC) se define desde óticas diferentes segundo se olhem de diferentes perspectivas, como empresas multinacionais, escolas de negócios, instituições, sindicatos, ONGs ou coletivos sociais. Tanto é assim que nem sequer há acordo sobre o próprio nome: enquanto alguns preferem falar de Responsabilidade Social Corporativa porque entendem que esta é uma questão que concirna fundamentalmente às grandes corporações – como é o nosso caso – outros autores preferem utilizar o termo Responsabilidade Social Empresarial (RSE), já que consideram que é aplicável a empresas de qualquer tamanho. Alguns, mais recentemente, estão propondo, inclusive, eliminar o adjetivo “social” com que nasceu este conceito para fazer mais evidente que se trata de uma questão econômica: neste sentido, se fala já de Responsabilidade Corporativa e até chegam a se apropriar da ideia de “sustentabilidade”, “porque elimina os termos de social ou de responsabilidade, que em alguns aspectos podem chegar a preocupar as empresas”, diz o diretor de um centro de estudos dedicado à RSC.²²

22. Extraído de Ramiro (209, p. 49). O texto citado é uma entrevista com Joaquim Garralda, diretor do Centro Pw-IE de Responsabilidade Corporativa para o periódico *Cinco Dias*, em 10/11/08.



O livro “O negócio da responsabilidade: crítica da Responsabilidade Social Corporativa das empresas transnacionais”, de Juan Zubizarreta e Pedro Ramiro, é uma excelente introdução crítica ao tema. O livro foi publicado em espanhol pela editora Icaria, de Barcelona, em 2009, em associação com a organização Paz con Dignidad e o Observatório de Multinacionais na América Latina (OMAL).

Alvos e funções da Responsabilidade Social Corporativa

O fato da Responsabilidade Social Corporativa poder servir, em alguns casos, como um instrumento alternativo à legislação fica refletido no próprio nome de um grupo que surgiu para promover essa estratégia na Espanha: chama-se “Alternativa Responsável”. Em 2008, esse grupo chegou a publicar um “manifesto pela responsabilidade social das empresas” no jornal *El País*, de Madri, no qual avisava que profundas mudanças nas relações entre empresas e sociedade haviam chegado para ficar²³.

Esse tipo de atuação política é analisado por especialistas como exemplos típicos do chamado “capitalismo inclusivo”, ou seja, a concepção que visa incluir dentre os interesses e objetivos do setor privado (em especial dos setores mais fortes do grande capital) uma série de preocupações tradicionalmente tidas como de responsabilidade do setor público. A figura abaixo ilustra bem essa visão:



23. Ramiro (2009, pp. 49-50).

As palavras de Pedro Ramiro, ao explicar este gráfico, parecem aplicar-se perfeitamente a casos como os da TKCSA e os impactos sobre a população de Santa Cruz:



*“Dado que a interação das corporações com a sociedade não se limita apenas ao plano laboral (...) nas últimas décadas também tem ganhado relevância a relação com as pessoas atingidas pelos efeitos ambientais, culturais e socioeconômicos das atividades das empresas: usuários, consumidores, trabalhadores, indígenas, ativistas e, especialmente, todas aquelas populações mais diretamente relacionadas com estes problemas, que são os que estão sentindo mais de perto e sem defesa a violação de seus direitos por parte de companhias transnacionais. Daí que nos marcos da RSC se considerem a todos eles como “grupos de interesse” e se argumente que há de se encontrar um lugar para eles dentro da visão empresarial”.*²⁴

Também chama atenção que, dentre os diversos alvos (ou “grupos de interesse”) dos projetos de Responsabilidade Social Corporativa presentes na figura anterior, as comunidades impactadas estejam diretamente relacionadas com a outorga de licenças para operar, da mesma forma como havíamos destacado sobre as funções dos projetos sociais da TKCSA em Santa Cruz.

Percebe-se também que a atual estratégia de Responsabilidade Social Corporativa evoluiu até tornar-se bem mais complexa do que a antiga filantropia social. Por exemplo, os alvos não podem mais ser difusos, pois devem ser estabelecidos com o máximo de precisão a fim de garantir a maior eficiência possível em cada uma das funções que desempenham: licença junto às comunidades, reputação junto a clientes, legitimidade frente à sociedade civil organizada (ONGs)... e assim por diante.

Hoje, quando uma empresa está passando por dificuldades (pela falta de licenças ou insatisfação

24. Ramiro (2009, p. 57).

popular, por exemplo), os sofisticados programas de Responsabilidade Social podem ser contratados junto a outras empresas especializadas neste serviço e profissionais bem remunerados que se dedicam a criar um plano de ação para cada caso em particular. Tais fenômenos também estiveram presentes no caso TKCSA: o diretor de sustentabilidade fez um trabalho tão bem-sucedido que resolveu sair e abrir sua própria Consultoria em Responsabilidade Social para firmas do setor. O negócio da responsabilidade estava dando lucro!

O negócio da Responsabilidade

A empresa de “consultoria corporativa” aberta pelo ex-diretor de sustentabilidade da TKCSA define-se da seguinte forma:

*“Somos Consultores Corporativos em Responsabilidade Social, Sustentabilidade e Meio Ambiente. **Trabalhamos como assessores estratégicos e mediadores de conflitos e interesses para empresas**, organizações governamentais, organismos multilaterais e do terceiro setor, bem como desenvolvemos Treinamento e Capacitação em nossas áreas de atuação. Dispomos de uma equipe de Consultores Associados, que nos permitem montar equipes tailor-made para o atendimento de demandas específicas.”²⁵*

Oferecer “soluções” para situações de conflitos entre os interesses de grandes empresas e comunidades afetadas transformou-se, desta forma, em um bom negócio. Deve-se lembrar, contudo, que a solução é sempre para os problemas da empresa, nunca para os atingidos. A postura do ex-diretor da TKCSA

25. <http://hedgesocial.com.br/pt/quem-somos/>

em defesa dos interesses do mercado fica nítida em sua autodescrição: além de lembrar as grandes empresas para as quais prestou serviços (CAEMI, CSN, Vale, TKCSA), ele se orgulha de ter atuado “na privatização de várias empresas do setor elétrico, ferrovias e mineradoras no Brasil”. Vejamos suas próprias palavras:



*“O maior desafio dos profissionais de meio ambiente é aprender a linguagem corporativa. **Meio ambiente** dá lucro, quer pela ampliação de receitas ‘verdes’, quer pela economia de energia e massa, ou ainda pela redução de riscos – ou seja, através do custo evitado.”²⁶*

A Responsabilidade Social Corporativa não apenas defende os interesses do mercado contra os setores sociais atingidos por sua atuação, mas tornou-se ela mesma um novo nicho de mercado a ser explorado por quem possui conhecimento e experiência na área. Uma indústria de serviços que não para de crescer, impulsionando junto com ela cursos de pós-graduação, publicações e profissionais cada vez mais especializados em “gerir” conflitos com comunidades impactadas. Um negócio que sempre alcança melhores resultados, quando, para as comunidades atingidas, sobram os piores efeitos.

Infelizmente, até o secretário-geral da ONU já disse que “é hora de passar da responsabilidade nos negócios ao negócio da responsabilidade”²⁷. A pergunta a se fazer é: um bom negócio para quem?

26. Idem.

27. Discurso de Ban Ki-Moon no Fórum do Setor Privado para os objetivos de Desenvolvimento do Milênio da ONU, Nova Iorque, 24/09/08.

E a Vale?

Antes de ir para a TKCSA, este diretor também havia ocupado a Direção de Sustentabilidade e Meio Ambiente na mineradora Vale S.A., que possui 27% das ações da TKCSA, como já sabemos.

A Vale é uma das empresas que mais foi obrigada a desenvolver projetos de Responsabilidade Social Corporativa devido à forte resistência apresentada por comunidades indígenas e camponesas, afetadas pelas atividades da indústria extrativista-mineradora no Brasil.

Assim, segue-se a mesma lógica: quanto mais impactos, mais projetos “sociais” devem ser realizados para mitigar a mobilização local. Em 2012, a mineradora foi eleita a “pior empresa do mundo” devido aos danos socioambientais causados por suas atividades. A chegada de um diretor experiente nesta área, portanto, foi importante para a TKCSA desenvolver sua estratégia de contenção da insatisfação social entre os atingidos pela siderúrgica em Santa Cruz.

Anualmente, a Vale divulga um belíssimo “relatório de sustentabilidade”, no qual tenta fazer crer que sua atuação é limpa, ecológica e beneficiadora das comunidades que cruzam seu caminho. Tamaña necessidade de propaganda levanta suspeitas. Por isso, a “Articulação Internacional dos Atingidos pela Vale”, um movimento social que reúne pessoas e organizações de três continentes, decidiu fazer uma pesquisa e publicar um *relatório-sombra*, “contrapondo, ponto a ponto, os eixos abordados pela empresa”²⁸. Ele foi chamado de “Relatório de Insustentabilidade da Vale” e foi entregue aos acionistas da própria empresa em uma ação realizada no Rio de Janeiro em 2012. Uma nova edição sairá em 2015!

28. <https://atingidospelavale.wordpress.com/2012/04/18/relatorio-de-insustentabilidade-da-vale-2012/>



A voz do poder corporativo, mas na boca do povo

Um dos principais instrumentos na estratégia de Responsabilidade Social Corporativa da TKCSA é o jornal “Alô Comunidade!”. Além de ser ele mesmo uma “medida compensatória” prevista no TAC acordado entre a empresa e as autoridades ambientais do Rio de Janeiro, o jornal também divulga todos os demais projetos sociais promovidos pela siderúrgica.

A rubrica nº 5 da tabela de projetos do TAC informava um valor inicial de R\$ 683.000,00 para



“Revisão dos canais de comunicação social. Editar um jornal gratuito para a comunidade (Reta, centro de Santa Cruz e centro de Itaguaí) com conteúdo focado em ações de responsabilidade socioambiental e atividades da comunidade”.

Assim, em janeiro de 2006, surgiu o “Alô Comunidade!”, com tiragem mensal de 25 mil exemplares. Rapidamente o jornal tornou-se um sucesso em Santa Cruz, distribuído gratuitamente em locais públicos e de grande movimentação. Além de servir como *marketing* para a TKCSA, o jornal dá destaque a fotos de pessoas e locais de Santa Cruz, fazendo matérias sobre a própria comunidade, que se sente representada por aquele veículo.



“As pessoas vêm comprar pão para o café da manhã e levam junto o jornal”, comenta Manoel [dono de uma padaria local]. Passam por lá muitos militares da Vila de Sargentos da Aeronáutica, além de pais e alunos que vão para as escolas públicas da região. “As pessoas gostam de saber o que acontece em outras comunidades”, afirma Márcio. ‘Um amigo nosso que é policial, o Braga, saiu outro dia no jornal e todo mundo comentou’, completa.”²⁹ (...)

“A comunidade sentia falta de um veículo que falasse dela e pra ela. Nesses dois anos a adesão dos moradores [ao Alô Comunidade!] aumentou a cada edição”.³⁰

No “Alô Comunidade!” os rostos e nomes dos moradores de Santa Cruz sobressaem. É como se fossem os próprios moradores que editassem o jornal – ou pelo menos essa é a tentativa, a fim de ganhar legitimidade social e ser uma “voz” de Santa Cruz. E sempre aparecem sorridentes nas capas...

29. Edição 8, agosto de 2012, p. 4.

30. Claudinho do Som, morador, edição 25, p. 3.



Capa do primeiro “Alô Comunidade!”, em janeiro de 2012, quando a TKCSA distribuiu laptops para a comunidade através de um “concurso cultural” para a escolha do nome do jornal que se pretende comunitário, mesmo que editado por uma empresa multinacional, a pedido do Estado.

A marca da ThyssenKrupp aparece apenas no final da última página, em tamanho reduzido.

Os rostos e nomes de moradores do bairro são ostensivamente utilizados, o que rendeu críticas de mães de filhos que tiveram suas fotos publicadas sem autorização.

Aquilo que era para ser uma punição, tornou-se “medida compensatória” e, ao fim, terminou servindo como um poderoso instrumento de propaganda junto à população local atingida pelas atividades da empresa.

O jornal é capaz de transmitir, por exemplo, uma imagem da TKCSA como “sustentável”, citando um programa de reflorestamento do manguezal ou de matas nas margens de rios. No entanto, o “Alô Comunidade!” não informa que a própria TKCSA foi multada (embargada) por haver desmatado o manguezal sem autorização, assim como respondeu a um processo por alterar o curso dos rios na região e causar enchentes históricas no conjunto São Fernando, na Reta João XXIII, em frente à siderúrgica.

O jornal chega ao cúmulo de culpar os moradores pela sujeira, enquanto transmite a imagem de uma TKCSA preocupada com a natureza:



“Desde que se instalou em Santa Cruz, a CSA preserva o manguezal da baía de Sepetiba e realiza estudos para compreender a dinâmica do ecossistema e, assim, recuperar a fauna e flora local. O primeiro passo foi retirar todo o lixo – uma das principais causas da mortalidade dos caranguejos. O lixo contamina os animais, destrói a germinação das plantas e cria obstáculos para a maré. Infelizmente, muitas pessoas ainda jogam lixo nos rios e encostas e a chuva acaba o trazendo para o manguezal”, explica Marcelo Silva, especialista em meio ambiente da CSA.”³¹

Segundo a TKCSA, portanto, a culpa pela degradação ambiental é da comunidade, não da siderúrgica!

A realidade é deliberadamente invertida pelo jornal da empresa que, em meio a matérias sobre reciclagem e uso de bicicletas, esconde os sérios impactos socioambientais que uma siderúrgica do seu porte causa, especialmente quando está instalada em uma metrópole urbana, como é o caso do Rio de Janeiro.

Mas a realidade não é algo que o “Alô Comunidade!” esteja interessado em captar. Pelo contrário, o jornal se esforça para **construir a sua** realidade fantástica sobre Santa Cruz, sua gente e sua história – uma imagem que não condiz muito bem com o que se vive por lá.

No “Alô Comunidade!” as pessoas estão sempre felizes, a vida dos moradores é frequentemente retratada como “melhor hoje em dia” devido ao processo de industrialização da região. Segundo essa linha editorial, tanto a chegada de grandes indústrias quanto as qualidades pessoais dos habitantes daquele local devem ser ressaltadas e articuladas, resultando na conclusão comum: a modernização industrial é boa para todos.

31. AC, Ed. 15, abril de 2013, p. 2.

“Quatro representantes de Santa Cruz farão parte da equipe do jornal Alô Comunidade! por alguns meses e vão levar até você histórias positivas de pessoas que fazem de Santa Cruz um lugar melhor de se viver.”³²

“Minha família vive aqui há mais de 60 anos. Hoje há uma cooperação dos moradores com a empresa e até uma simpatia da comunidade pela CSA.”³³

“A CSA me deu o primeiro emprego. Desde sua construção, a maior parte da minha família trabalha aqui. Faz pouco tempo, mas daqui a uns anos vamos olhar para trás e ela será parte de nossa história.”³⁴

“Mudou quase tudo em Santa Cruz nos últimos anos, mas nós, que somos mais ‘antigos’, sentimos que a comunidade está mais segura. A partir do início dos projetos da CSA começamos a notar uma redução na violência.”³⁵

“Há 70 anos Santa Cruz só tinha uma rua e hoje cresceu, junto com o Brasil. Mudou para melhor, mas ainda é preciso dar mais estudo aos jovens daqui.”³⁶

“Nos últimos anos, as empresas instaladas no Distrito Industrial de Santa Cruz trouxeram desenvolvimento e mais empregos para a região.”³⁷

32. Edição 16, p. 2.

33. Edição 6, p. 3.

34. Edição 24, p. 3.

35. Edição 8, p. 2.

36. Edição 11, p. 3.

37, Matéria “Capacitação Profissional”, edição 15, p. 3.



Capa do “Alô Comunidade!” que desagradou às mães dos alunos da aula de reforço escolar: utilização da imagem das crianças para fazer propaganda para a empresa sem autorização dos pais.

O jornal aposta forte na parte emocional como estratégia de legitimação.

É frequente que o “Alô Comunidade!” misture a presença da empresa com histórias românticas da vida amorosa das pessoas naquele local. Ao fim, nesta exploração da relação afetiva com o lugar, todos se unem – TKCSA e moradores – em uma certeza em comum: “nós amamos esse bairro”.

“Uma Reta tão especial quanto a nossa merecia que alguém contasse a sua história. Porque nem sempre ela está apenas nos livros, mas dentro das pessoas que dão vida às suas ruas e lotes cheios de letras e números e à sua gente batalhadora e feliz. Com o apoio da ThyssenKrupp CSA, o Cinemão percorreu cada esquina e reuniu pessoas tão diferentes, mas com algo em comum: o amor por fazer parte de Santa Cruz.”³⁸

“Trocamos cartas durante dois anos até que decidimos nos casar e eu me mudei para Santa Cruz, onde ele já morava (...) Desde que vim para cá sou bem mais feliz”.³⁹

38. AC, edição 34, p. 3.

39. Edição 26, março de 2014, p. 4.



“Olha a alegria da Luciana Paula e do Wallace dos Santos, ganhadores do concurso cultural ‘O Amor está no Alô!’. Eles se conheceram em um baile de charme e, desde então, não se desgrudaram mais. Para ficar mais perto do seu amor, Paula veio morar em Santa Cruz e trouxe junto toda a família, que gostou do bairro e decidiu ficar também. O Alô Comunidade! vai presentear o casal com um final de semana romântico e inesquecível. Parabéns!”⁴⁰

Especialistas em geografia e urbanismo já notaram que em situações de conflito social e perda de direitos por parte das classes populares, os poderes corporativos dominantes buscam “compensar” ideologicamente e emocionalmente essa sensação de perda. Segundo David Harvey, foi assim em Nova Iorque em fins dos anos 1970, quando os financistas de *Wall Street* criaram e difundiram o slogan “Eu amo NY”, em paralelo ao desmonte das políticas de bem-estar social naquela cidade⁴¹. Agora, acontece o mesmo em Santa Cruz, com o “amor” da TKCSA tentando encobrir a realidade de danos à saúde, violação de direitos e questionamentos judiciais.

Dizem que o amor é cego, certo? Para a TKCSA, é bom que seja.

O jornal foi tão bem-sucedido em reverter a imagem negativa junto aos moradores, que a TKCSA decidiu ampliar sua tiragem para 50 mil cópias mensais a partir de julho de 2013, mesmo sem ser obrigada pelas cláusulas do TAC. É que o resultado estava saindo melhor que a encomenda. Isso fez a empresa dobrar seu investimento em propaganda social na região⁴², duplicando a circulação do “Alô Comunidade!”.

40. Edição 17, junho de 2013, p. 4.

41. Harvey (2007, p. 53).

42. Uma pesquisa do Ibope, encomendada pela TKCSA, revelou que em menos de um ano o jornal conseguiu tornar-se o segundo mais lido em Santa Cruz e o primeiro na Reta João XXIII, com 70% dos moradores tendo-o como mais lido. (Ver: Edição 08, p. 2.)

Mais que passar uma imagem positiva, o “Alô Comunidade!” conseguiu abafar as críticas à TKCSA em Santa Cruz. Ao superar em muito qualquer tentativa dos moradores que resistem de competir na “guerra de informações”, o jornal inundou o bairro de representações do espaço idealizadas e versões romantizadas sobre o cotidiano local, sempre favoráveis aos interesses industriais na região.

Os moradores que são contrários à presença da empresa nunca tiveram voz no jornal que deveria ser comunitário, mas que exclui e silencia parte importante dessa mesma comunidade: a parte que resiste às violações de direitos praticadas pela TKCSA. São moradores que vivem ali há anos, mas não têm o direito de ter suas opiniões divulgadas, pois isto desfaria a fantasiosa narrativa que diz que todos estão felizes e satisfeitos no local.

Mesmo assim, em algumas edições, a realidade não pôde ser negada o tempo todo e a presença da insatisfação popular teve que ser reconhecida, mesmo que de maneira pejorativa e nas margens do jornal. Vejamos como o “Alô Comunidade!” se refere desrespeitosamente, como “rede de boataria”, aos moradores que discordam da atuação da TKCSA ali:

*“A representante [da comunidade] Aparecida Maria da Silva, a Dona Tita, elogiou a transparência da siderúrgica e destacou que uma **rede de boataria** foi criada, gerando desconfiança por parte da população”.*⁴³

*“Antes eu pensava que a CSA tinha chegado para trazer problemas, mas depois da visita [à fábrica], minha opinião mudou.”*⁴⁴

43. Edição 11, p. 4 – grifo nosso.

44. Edição 14, p. 2.



“Já reclamei da CSA, mas hoje mudou. Além de gerar trabalho, ajuda na formação dos mais novos. Minha filha participa de alguns projetos desenvolvidos pela empresa”.⁴⁵

Com suas frases destacadas entre aspas em grandes boxes, os moradores “falam” através do jornal a versão que interessa à empresa divulgar. Um cuidadoso trabalho editorial é capaz de nos fazer crer que os interesses do grande capital estão na boca do povo!

Mas as ficções propagadas pela TKCSA não começaram com o “Alô Comunidade!”. Antes de apostar no jornal, a empresa já havia produzido materiais institucionais de divulgação de sua planta industrial. Em um deles, a siderúrgica é apresentada como se estivesse em uma região vazia, sem pessoas, sem comunidade, sem nada que pudesse ser impactado. Na representação ao lado do espaço inicial feita pela TKCSA, os moradores e pescadores atingidos simplesmente não existiam.

A passagem de uma representação espacial que excluía os moradores para uma nova em que eles são o centro das atenções mostra o quanto a conquista do apoio local foi difícil e necessária para a TKCSA, diante da forte resistência inicial dos moradores atingidos pela “chuva de prata”.

O “Alô Comunidade!” é um exemplo da sofisticação a que foi obrigada a chegar a empresa em seus projetos de Responsabilidade Social Corporativa por conta da revolta que seus impactos causaram em Santa Cruz. Como o povo estava falando demais, ela teve que começar a falar pelo povo.

O jornal é também prova da força da luta popular, mesmo quando parece “sumir do mapa”, mas que é sempre capaz de resistir aos interesses mais poderosos quando seus direitos são violados e injustiças sociais praticadas!

45. Edição 34, p. 2.







Os projetos e áreas escolhidas: “precisão cirúrgica”

Agora que já conhecemos a história dos moradores de Santa Cruz desde a chegada da TKCSA, é possível entender como os projetos de Responsabilidade Social Corporativa da empresa funcionam, os interesses que atendem e a situação que eles mantêm sem solução: a poluição sobre a vida dos moradores.

A forma como o “Alô Comunidade!” divulga os projetos da TKCSA gera uma confusão proposital para o leitor ao mesclar os projetos da empresa nas áreas de saúde, educação e cultura com serviços públicos da prefeitura e Governo do Estado nessas mesmas áreas. No final, temos a impressão de que o alcance das benfeitorias sociais realizadas pela empresa seriam bem maiores do que na realidade são.

Esta tática é eficaz, já que ao serem divulgadas conjuntamente, as poucas políticas públicas destinadas à região acabam sendo identificadas com a presença da empresa no local, proporcionando-lhe um crédito extra em termos de legitimação social. A ideia que fica é “desde que a TKCSA chegou, algum serviço público ficou melhor”, mesmo que a empresa não tenha gastado um centavo naquele projeto específico nem esteja vinculada à sua oferta:

*“A empresa investiu R\$ 4 milhões na construção do prédio da Clínica da Família [Ernani Braga, em Santa Cruz], por meio de acordo voluntário firmado com a Secretaria de Estado de Ambiente para execução de projetos de infraestrutura na região (...) **Desde o início das operações da CSA, as regiões de Santa Cruz e Itaguaí receberam diversos investimentos na saúde, como a UPA de Itaguaí, construída pela empresa, e a reforma do Hospital Pedro II, pela prefeitura do Rio**”.*⁴⁶

46. Edição 7, julho de 2012, p. 2 – grifo nosso.

Por isso, temos que ficar atentos a esta dimensão da Responsabilidade Social Corporativa: não é apenas através dos projetos em si, nem pela quantidade deles, que a presença da empresa junto à comunidade e ao poder público fica legitimada, mas também pela associação da imagem da empresa com tudo o que há de positivo acontecendo para o bem-estar daquela população, mesmo que a empresa em questão não esteja necessariamente envolvida nestas melhorias.

Como visto antes, a TKCSA teve acesso a um conjunto de informações cruciais para escolher as áreas nas quais os projetos de Responsabilidade Social Corporativa teriam maior projeção. As informações foram valiosas e permitiram que a empresa tivesse uma “precisão cirúrgica”, alcançando o máximo de resultados para sua imagem com o mínimo de investimentos.

O Censo Reta João XXIII visitou 4.889 domicílios, entre os meses de maio e setembro de 2009, recenseando, no total, 17.022 moradores, o que corresponde a 74% dos moradores do Complexo, sendo a população total estimada em 22.968 moradores. O Censo 2009 contou com a participação de 11 recenseadores das próprias comunidades pesquisadas e revelou que o Complexo Reta João XXIII é formado por 19 comunidades e uma localidade, o que permite uma melhor delimitação da intervenção social a ser feita. Além dos recenseadores, integraram a equipe do Censo 2009 um dinamizador comunitário, dois geógrafos, um cientista social, três estatísticos, dois digitadores, um consultor e um coordenador técnico.

Apesar das aparências, a intenção da TKCSA não era resolver os problemas que a comunidade identificava, mas saber quais serviços públicos eram tão precários a ponto de qualquer intervenção pontual ser apreciada como uma grande melhoria, mesmo sem transformar a realidade das políticas públicas naquela região. Esta prática, pelo contrário, ao transferir do Estado para o setor privado a expectativa por serviços e direitos básicos faz com que as autoridades públicas sejam ainda menos demandadas a cumprir suas obrigações nestas áreas “esquecidas” pelos governantes.

Os resultados comprovaram o que desde o início das obras do empreendimento era percebido na região: alta taxa de evasão escolar, trabalho informal e infantil e deficiência em infraestrutura urbana. Além do resultado do Censo, a ThyssenKrupp CSA procurou as lideranças locais, por intermédio de um processo de pesquisa participativa, e elas foram unânimes ao afirmar que a criação de oportunidades para o desenvolvimento de crianças e adolescentes seria o maior benefício social que a empresa poderia trazer para a região.⁴⁷

Em posse dessas informações, a TKCSA partiu para escolher e divulgar os projetos de Responsabilidade Social Corporativa que lhe ajudassem em seu maior objetivo: desarmar a resistência popular para que as autoridades possam sentir-se confortáveis e conceder a licença que ainda falta.

Projetos “sociais” da TKCSA: direito negado e “serviço” oferecido

Agora que já conhecemos melhor as estratégias e significados da Responsabilidade Social Corporativa para a desmobilização das resistências de comunidades atingidas por megaempreendimentos industriais, vamos olhar um resumo dos principais projetos sociais da TKCSA. A maioria deles parte dos generosos acordos firmados com os governantes do Rio de Janeiro como “compensação” pelos danos socioambientais que causa.

Nem todos os projetos “sociais” da empresa estão presentes aqui, pois ela não divulga todos os apoios e acordos que faz. Mas é possível ter uma ideia geral dos objetivos que atacam e das estratégias por trás deles.

47. “Produzindo aço hoje com responsabilidade no amanhã”. ThyssenKrupp – Companhia Siderúrgica do Atlântico, p. 10. Disponível em: <http://www.thyssenkrupp-csa.com.br/fileadmin/documents/publications/Folder_branding_optimized_final.pdf> Acesso em: 07/11/14.

Saúde e meio ambiente:

Os projetos e iniciativas envolvendo ações nas áreas da saúde e do meio ambiente são múltiplos. O já mencionado “Censo Social” de 2009 observara a precariedade do atendimento público na área da saúde na região. De acordo com a planilha divulgada pelo INEA, a TKCSA deveria arcar com as seguintes despesas:

- Construção de UPA 24h em Itaguaí, em substituição à medida original relativa ao Hospital Pedro II;
- Construção da Clínica da Família Ernani Braga, na Reta João XXIII;
- Custeio das obras da Central de Telemedicina, da Secretaria Municipal de Saúde; e
- Centro de referência para tratamento de diabéticos e hipertensão em Santa Cruz, da Secretaria de Estado de Saúde e Defesa Civil.

Também no âmbito da saúde, mas fora dos acordos com o governo do Estado, está o **CSA Social**, evento em que são oferecidos alguns serviços na área da saúde, como aferição de pressão arterial e dicas sobre higiene pessoal (tratado mais à frente).

Não realizados:

Ainda na área da saúde, a tabela divulgada pelo INEA faz referência à realização de uma consultoria para a construção de uma “Unidade Sentinela de Saúde”, da Secretaria Municipal de Saúde. A medida não foi realizada até hoje.

Há também a exigência da realização de um “estudo epidemiológico” que poderia comprovar os riscos à saúde a que estão submetidos os vizinhos da siderúrgica. O estudo tampouco foi realizado.

Também no campo do meio ambiente, a TKCSA realizou ações compensatórias e voluntárias:

- **Projeto Replanta Guandu II** (reflorestamento das cabeceiras do rio Guandu) - É um projeto de reflorestamento de áreas de manguezal. A TKCSA desmatou grande área de mangue quando construiu sua ponte para a atracação dos navios.
- **Projeto Raízes** - Através deste projeto, parte do Parque Estadual da Pedra Branca será reflorestada. Com o custo de cerca de R\$ 14 milhões, corresponde ao reflorestamento de 146,31 hectares do parque.⁴⁸
- **Reflorestamento do manguezal** - A empresa afirma em seu jornal – no mês anterior à Rio+20 – ter reflorestado 1,5 hectares do manguezal (que havia sido destruído por ela mesma para a construção de uma ponte, fato que não é informado em seu jornal)⁴⁹.
- **Passeata ecológica** - Em 2011, a TKCSA apoiou (sem divulgar o valor) uma passeata ecológica em Santa Cruz promovida pela 10ª Coordenadoria Regional de Educação (CRE), pelo projeto Mais Educação, pelo Bairro Educador e por organizações não-governamentais.

Educação:

- **PAIS (Programa de Apoio a Iniciativas Socioeducativas)** - Programa de apoio a iniciativas de reforço escolar (algumas delas já existentes em Santa Cruz antes da instalação da TKCSA). Corresponde ao apoio da TKCSA para seis unidades escolares, focadas em aulas de reforço, que atendem a alunos que no ensino regular se encontram da Educação Infantil até o 9º ano do Ensino Fundamental. Existente deste abril de 2011, o PAIS é financiado pela TKCSA e tem uma parte das suas ações executadas pelo CIEDS (Centro Integrado de Estudos e Desenvolvimento Sustentável), ONG que atua na área da educação e presta serviço para um conjunto de empresas.

48. Ver em “Produzindo aço hoje com responsabilidade no amanhã”, p. 26.

49. AC, Ed. 5, maio de 2012, p. 2.

Analisando o relatório produzido em 2013 pela TKCSA e pelo CIEDS, encontramos os seguintes objetivos destacados:



“O Programa de Apoio a Iniciativas Socioeducativas - PAIS visa incentivar novas práticas de empreendedorismo, fortalecendo iniciativas, ações e projetos socioeducativos de moradores do bairro de Santa Cruz, município do Rio de Janeiro”.⁵⁰

As unidades de educação que participam do PAIS são o Centro de Estudos Alternativo, o Centro de Estudos Parque Florestal, a Sociedade de Assistência Social Fênix, o Reforço Escolar São Fernando, o Jardim Escola Criança Feliz e o Reforço Escolar Novo Mundo.

Alguns desses locais eram mantidos através de trabalho voluntário ou com o pagamento de pequenas taxas para a sua manutenção, portanto, as condições estruturais quase sempre eram difíceis. Nesse sentido, um dos focos da atuação da TKCSA foi a ajuda financeira através do pagamento das taxas de uma parte dos alunos, a reforma das sedes e a doação de móveis.

Outro eixo do PAIS são as atividades de formação e suporte realizadas pelo CIEDS junto às coordenadoras e professoras das unidades escolares e também junto aos pais de alunos e moradores da região. Essas atividades correspondem a seminários, “aulas-passeio”, “2.244 horas de assessoria técnica e capacitação (Equipe de Gestão, Educadoras e Mulheres Amigas da Educação)”, Grupo Focal, entre outras⁵¹.

No total, o PAIS atende a 452 crianças e adolescentes e mantém “aproximadamente 24 mães voluntárias”.

50. TKCSA/CIEDS. Programa de Apoio a Iniciativas Socioeducativas - PAIS. Diálogos Avaliativos: Resultados e Percepções, 2013.

51. Resumo das ações promovidas pelo CIEDS, com o patrocínio da TKCSA, pode ser encontrado em: <http://www.cieds.org.br/projetos/670> Acesso em: 05/11/14.

- **MAE (Programa Mães Amigas da Educação)** - O projeto paga uma bolsa auxílio no valor de R\$100,00 para a participação de algumas mães de alunos em atividades nas escolas.
- **PROCEA (Programa de Comunicação e Educação Ambiental da ThyssenKrupp - Companhia Siderúrgica do Atlântico)** - Programa de educação ambiental realizado pela Ciclos Consultoria Ambiental, contratado pela ThyssenKrupp-CSA, junto às escolas da rede municipal do Rio de Janeiro e de Itaguaí. Foram inseridas no projeto, entre julho de 2009 e dezembro de 2010, quatorze escolas públicas da região:

“A proposta de educação ambiental compreendida no Programa ThyssenKrupp CSA de Comunicação e Educação Ambiental (PROCEA) estabelece um processo educativo que busca, ao compartilhar conhecimentos e informações, a construção de espaços de diálogos entre representantes da empresa e da comunidade vizinha, tendo como cenário de discussão a questão socioambiental.

O objetivo do programa é desenvolver atividades voltadas para a sensibilização e a educação ambiental de professores, funcionários e alunos de 13 escolas municipais localizadas em Santa Cruz, no município do Rio de Janeiro, e 1 escola no município de Itaguaí.”⁵²

Junto à educação ambiental havia também o objetivo de “sensibilização” de professores, funcionários e alunos. Podemos perceber o foco “individual” na problemática da educação ambiental e uma proposta de educação ambiental a ser ensinada também aos professores. Além disso, vale destacar que em algumas dessas escolas estão localizadas as Estações de Monitoramento da Qualidade do Ar, instaladas pela TKCSA por determinação do INEA.

52. TKCSA. Programa ThyssenKrupp-CSA de Comunicação e Educação Ambiental - PROCEA, 2010, p. 4. Relatório disponível em: <http://www.observatoriodopresal.com.br/wp-content/uploads/2011/08/RELATORIO_SME_FEV11.pdf> Acesso em: 07/11/14.

Dentre os meios para atingir os objetivos do programa (que inclui uma série de medidas na área da responsabilidade ambiental), destaca-se um ponto: disponibilizar para professores, alunos e funcionários das escolas participantes do programa informações sobre o controle da qualidade ambiental da região, tendo como instrumento pedagógico as Estações Automáticas de Monitoramento da Qualidade do Ar e Meteorológica - EMQAM.

Um dos pontos de interesse é a necessidade da TKCSA de tornar comum ao cotidiano das pessoas em geral e da comunidade escolar (em particular neste caso) os problemas oriundos da sua presença na região: isto é, a preocupação constante com a qualidade do ar. Porém, a TKCSA busca disseminar uma abordagem meramente técnica sobre a qualidade do ar. Basta que os índices estejam dentro de certos padrões que o problema se resolve, indicando que a empresa está tomando as medidas necessárias. Porém, tais medidas contrastam com os constantes casos de adoecimentos diversos que assumem caráter crônico em função de uma exposição permanente à poluição produzida pela siderúrgica que, em termos de CO₂, representa metade das emissões da cidade.⁵³

O PROCEA se constituiu em 3 tipos de atividades distintas: análise das escolas, cursos de formação para professores e gestores, peças teatrais e demais atividades voltadas para os alunos. Além disso, foi elaborado um material didático sobre educação ambiental a ser usado nas escolas. “No início do ano de 2010, teve início a produção do material educativo do PROCEA, formado pelo Caderno do Educador Ambiental, Boletim PROCEA, Jogo Educativo e Banca Itinerante” (p. 18).

Um dos objetivos do programa foi “integrar as ações de educação ambiental desenvolvidas pelas escolas

53. “Em apenas um ano de produção [da TKCSA], já foram emitidos 5,7 milhões de toneladas de CO₂ na atmosfera. O número representa 50,22% a mais que o total de emissões de toda a cidade do Rio de Janeiro em 2005.” (Site da revista “Exame”, 09/11/2011, disponível em: <<http://exame.abril.com.br/mundo/noticias/siderurgica-atrapalha-meta-de-reducao-de-emissoes-de-co2-no-rio-de-janeiro>> Acesso em: 26/11/14.)

no âmbito do programa” (p. 11). Ou seja, as iniciativas que existissem poderiam ser incorporadas ao programa, que tinha como foco a problemática da TKCSA na região.

Outro material que nos ajuda na análise do impacto das ações do PROCEA junto às escolas é uma dissertação de mestrado que investigou o programa no município de Itaguaí. Com o título “Os Programas de Educação Ambiental na relação empresa-escola: uma análise do Programa de Educação Ambiental da ThyssenKrupp CSA (PROCEA) no município de Itaguaí/RJ”, Patrícia Plácido (2012) analisou a ampliação do PROCEA para outras 20 escolas de Itaguaí (de um total de 37 escolas de ensino fundamental que compõem a rede de ensino no município) no ano de 2011. O relatório que vínhamos analisando retratava o andamento do PROCEA até o final de 2010.

A análise de Plácido (2012) se concentrou em um dos eixos do programa, que foi a formação dos professores das escolas públicas que fizeram parte do projeto.



“Curso de Educação Ambiental com professores. (Esta é nossa fase de investigação e nosso objeto de estudo, uma vez que os professores ocupam papel vital na educação, conforme descrito no I Capítulo.) Esses cursos são oferecidos em hotéis localizados na Região Serrana ou na Costa Verde - RJ. É dividido em encontros de sensibilização; encontros de sustentabilidade com carga horária maior (e neste curso só podem participar professores que participaram da sensibilização); e o curso de gestão ambiental no contexto escolar, que é uma reformulação e aprimoramento dos cursos oferecidos anteriormente.”⁵⁴

Nas três etapas descritas, existe toda uma abordagem voltada para o indivíduo e a “busca de uma mudança interna”, mantendo a poluição industrial longe do debate. O trecho a seguir nos mostra como

54. Plácido, 2012, p. 62.

os impactos ambientais causados pela TKCSA foram sutilmente suavizados e não aparecem como preocupações dos professores que passaram pela formação do PROCEA. A pesquisa de Plácido (2012) se utilizou de entrevistas com professores que participaram do programa:



“Nessas respostas, percebemos o quanto está presente nas falas dos professores a relação do desenvolvimento industrial no município e os impactos que este causa no espaço em questão. Além dos impactos socioambientais causados pela TKCSA, eles também citam os impactos causados pelas obras do Arco Metropolitano, bem como as fragilidades do poder público frente ao cumprimento e exigências da legislação ambiental brasileira. Contudo, as professoras não relacionam muito bem a questão da crise socioambiental, indústrias e meio ambiente, e muito menos citam os impactos causados pela empresa como um problema socioambiental da sua realidade para desenvolver um trabalho pedagógico com os alunos. Eles apenas citam problemas relacionados ao lixo, a poluição atmosférica causada pela circulação de veículos, desmatamento, etc.”⁵⁵

De modo geral, o conjunto das ações do PROCEA-TKCSA atingiu a maioria das escolas de Santa Cruz e do município de Itaguaí. É importante destacar que as entrevistas utilizadas no trabalho de Plácido (2012) tiveram uma abrangência limitada, em se tratando de uma análise de caráter qualitativo sobre as realizações das formações promovidas pelo PROCEA.

Em suma, a abordagem de educação ambiental presente no PROCEA é de perspectiva individual, voltada para uma suposta conscientização do problema ambiental, sem relacioná-lo com os grandes processos industriais poluidores dos quais fazem parte a TKCSA.

55. Plácido, 2012, p. 82.



- **Construção do Colégio Estadual Erich Heine** - O Colégio Estadual Erich Heine (CEEH), escola pública de ensino médio e técnico profissionalizante, foi construído com recursos da TKCSA e é mantido pelo Governo do Estado. Foram gastos R\$16 milhões na sua construção, como uma das medidas acordadas entre a empresa, o INEA e a SEA.

“O Colégio Estadual Erich Walter Heine é a primeira escola totalmente sustentável do Brasil e da América Latina, construída dentro dos padrões de certificação LEED (Leadership in Energy and Environmental Design), da entidade internacional Green Building Council (Conselho de Construções Verdes).”⁵⁶

A escola oferece 520 vagas para alunos no ensino médio e no curso técnico em administração com ênfase em logística e informática.

De acordo com o Governo do Estado do Rio de Janeiro, “o C. E. Erich Heine é uma escola estadual em regime de cogestão com o parceiro privado ThyssenKruppCSA”. Criada através de uma Parceria Público-Privada (PPP), modelo adotado em outras escolas estaduais no Rio de Janeiro, essas escolas seguem o sistema “EMI-PPP” (Ensino Médio Integrado - Parceria Público Privada).

O projeto de educação do governo estadual não prevê a oferta de uma educação de qualidade para a totalidade dos usuários,

56. Relatório de Atividades TKCSA 2010-2011, p. 8.

O governador do Rio, Sérgio Cabral e o prefeito, Eduardo Paes, na inauguração do C. E. Eric Heine: mesmo com críticas na imprensa, as autoridades seguiram apoiando a TKCSA de perto, com isenções fiscais e outras medidas que favorecem a empresa.



mas busca, através das parceiras público-privadas, a construção de poucos centros de excelência, com ensino integrado como forma de defender um modelo de educação cada vez mais dependente da empresa privada.

Diante da degradação planejada do conjunto da rede estadual de educação, quando comparadas às escolas associadas a empresas privadas, a sensação que se passa é de que o modelo associado ao setor privado é o caminho para a solução dos problemas da educação.

Porém, o sistema das PPPs na educação tem sido alvo de críticas dos movimentos sociais que discutem o tema, pois configuram a perda da autonomia da escola na elaboração do seu currículo e projeto político-pedagógico. Pelo modelo de cogestão, a empresa passa a interferir no currículo da escola.

- **Programa Fortalecer** - Atualmente a TKCSA mantém o programa “Fortalecer” na escola Erich Heine, através do qual financia projetos educacionais. Através do programa, a empresa promete apoiar até sete projetos com R\$ 5 mil para cada.

Infraestrutura pública:

O poder público e empresa definiram a criação de medidas para melhorar a vida da população do entorno da TKCSA a partir de uma profunda articulação entre Estado e capital privado. O “memorando de entendimentos” que se originou do Termo de Cooperação Ambiental entre a empresa e o INEA previa o uso de R\$ 14 milhões em ações para a comunidade. A primeira delas era a dragagem dos canais de São Fernando e demais obras de saneamento na comunidade. Outra era a:

- **Pavimentação de vias públicas de Santa Cruz, conforme projeto da Secretaria Municipal de Obras da Prefeitura do Rio de Janeiro** - Uma parte do conjunto de medidas de caráter compensatório, presentes na tabela divulgada pelo INEA sobre as medidas relacionadas ao licenciamento ambiental pode

ser agrupada conjuntamente por seu destino à construção ou reforma de estruturas públicas que deveriam ser mantidas pelo poder estatal nas áreas de saneamento, transporte e habitação. São elas:

- Asfaltamento e drenagem de 16 km de áreas de Itaguaí;
- Estudos sobre a reativação da linha férrea Santa Cruz-Itaguaí; e
- Compra assistida das casas da Comunidade do Abrigo.

Além disso, pode-se perceber que este conjunto de iniciativas tem seu foco em áreas que possuem uma relação direta com as atividades da TKCSA em Santa Cruz, ou seja, a criação de uma infraestrutura que só se tornou necessária na região após a instalação da siderúrgica. São exemplos:

• **Doação de duas embarcações e duas carretas rodoviárias para a Capitania dos Portos de Itacuruçá** - Com a movimentação de grandes embarcações na baía de Sepetiba, foi criada uma zona de exclusão de pesca, na qual os pescadores não podem navegar. Com isso, tornou-se “necessária” a fiscalização desta zona de exclusão, papel da Capitania dos Portos. Portanto, a aquisição das embarcações está relacionada diretamente com uma necessidade criada pelo empreendimento da TKCSA.

• **Corpo de Bombeiros** - Da mesma forma, a “doação de dois veículos, diversos equipamentos e uma galeria de treinamento para o Corpo de Bombeiros do estado do Rio de Janeiro” se enquadra nesta modalidade. Esses equipamentos estão relacionados ao combate de incêndios específicos das atividades de siderurgia, que trabalham com altos-fornos em temperaturas acima dos 1000 graus célsius. Portanto, qualquer acidente que ocorresse na CSA correria o risco de o Corpo de Bombeiros não conseguir combater possíveis incêndios.

Também encontramos no conjunto de medidas compensatórias financiadas pela TKCSA a realização de obras nas áreas de infraestrutura urbana, como esgoto e pavimentação.

Ciclovía e isenção de impostos: outro bom negócio!

Como a TKCSA ainda não possui licença de operação e sua imagem ficou desgastada com a opinião pública do Rio de Janeiro diante de tantas violações de direitos humanos causadas, a empresa está expandindo suas ações de propaganda e responsabilidade social corporativa para fora de Santa Cruz também.

Em janeiro de 2015 começou a ser construída a ciclovía que ligará a Estação de Trens do Corcovado, de onde partem os turistas para o Cristo Redentor, e o Largo do Machado, praça de grande movimento e meios de transporte da Zona Sul da cidade, equipada com metrô, ônibus e vans expressas para pontos turísticos da cidade – e agora, uma ciclovía. A obra custará R\$ 1,4 milhões, pagos pela TKCSA, e terá apenas 2,4 km de extensão.

O projeto é fruto do decreto municipal nº 32975, assinado pelo prefeito Eduardo Paes em 21 de outubro de 2010, no qual regulamentam-se as isenções fiscais concedidas à TKCSA, em especial do Imposto sobre Serviços (ISS), uma das principais fontes de receitas da cidade.



A lei orçamentária daquele ano previa um benefício no valor de R\$ 6,1 milhões para a TKCSA, somente em ISS renunciado pela prefeitura, ou seja, em imposto não recolhido aos cofres públicos. Entre 2011 e 2013, foram mais de R\$ 20,1 milhões que a empresa deixou de pagar ao município, graças aos generosos benefícios concedidos.

Não seria melhor a prefeitura cobrar o que deve à TKCSA e construir, ela mesma, aproximadamente, 14 ciclovias no mesmo valor da orçada para Laranjeiras?

<http://oglobo.globo.com/rio/ancelmo/posts/2015/02/05/cosme-velho-aterro-ciclovía-sai-do-papel-560272.asp#.VNOA3NHRpmU.facebook>

É importante lembrar que, após o início das obras da TKCSA, ocorreram alagamentos no conjunto São Fernando em função da alteração do trajeto do Canal São Fernando, que é apontada por moradores como causa das inundações na região. Por isso, algumas das medidas, realmente “compensatórias”, foram:

- Realização de “obras de drenagem no Conjunto São Fernando”;
- Separação das redes de esgoto sanitário e de drenagem;
- Construção de estação de tratamento de esgotos;
- Recuperação da rede de drenagem pluvial;
- Construção de reservatório pulmão e sistema de bombeamento para controle de enchentes na Comunidade São Fernando”; e
- Consta também a “elaboração de estudo hidráulico para esclarecimento de responsabilidades sobre enchentes no São Fernando, com divulgação de resultados à população.” (O estudo divulgado pela TKCSA em seu site, realizado pela COPPE/UFRJ, isenta a empresa de responsabilidade nos alagamentos.)



Nestes casos, deve-se lembrar que são medidas realmente compensatórias para resolver um problema criado pela própria empresa em muitas das intervenções que realizou durante suas obras de construção. Demonstra também a falta de controle e falha dos estudos de impactos das obras de alteração nos canais que deságuam na baía de Sepetiba.

Em suma, a empresa, com o intuito de receber o licenciamento de suas atividades, se compromete a realizar uma série de obras de responsabilidade do Estado. Essa é uma característica importante da trajetória de empreendimentos da TKCSA.

Cultura, lazer e entretenimento:

Além do jornal “Alô Comunidade!”, a TKCSA criou projetos junto à Escola de Samba Acadêmicos de Santa Cruz, divulgou iniciativas no campo das artes visuais, da música, teatro, cinema, artesanato e culinária. Além disso, algumas iniciativas foram criadas nas áreas de esporte e lazer, como aulas gratuitas de esportes.

Como vimos antes, a intervenção de âmbito cultural da TKCSA tem como objetivo a formação de um senso comum no qual a empresa aparece como a parte positiva do cotidiano dos moradores do entorno da siderúrgica e do bairro de Santa Cruz:

- **Alô Comunidade!** - O jornal se constituiu como importante canal de comunicação da TKCSA com a população, pois possui canais via telefone (0800) e internet para receber propostas de matérias, participação nos concursos culturais etc. Quando foi criado, a divulgação do concurso para a escolha do nome do jornal contou com carro de som que circulava pelas principais ruas do bairro. E uma das boas estratégias para a familiarização do público com o jornal foi a divulgação de ações e iniciativas dos próprios moradores, buscando relacioná-lo a projetos sociais existentes na região, sejam eles patrocinados pela TKCSA ou não. Por exemplo, na primeira edição do jornal foi realizada uma matéria sobre a Escola de Samba Acadêmicos de Santa Cruz. Além disso, frequentemente são realizados os chamados “concursos culturais”, nos quais são sorteados ou escolhidos moradores de Santa Cruz e região, vencedores de concursos de frases ou, ainda, o “repórter comunitário”. A escolha dos repórteres comunitários ocorre através da rede pública de ensino e permite que alguns alunos atuem como repórteres por um período determinado, ajudando na elaboração de matérias para o jornal. Ao final, os repórteres comunitários ganham um *tablet* como prêmio.

- **Projeto Crescer** - Através de seu jornal, foi divulgada a realização de oficinas do Projeto Crescer. Criado em 2010, conta com o patrocínio da TKCSA, da Odebrecht Ambiental e Top Rio Viagens e atende

a 527 alunos em oito atividades de esporte, arte e cultura, realizadas no espaço da Escola de Samba Acadêmicos de Santa Cruz.

- **Cozinha Brasil** - Curso de culinária promovido pela CSA e SESI.
- **CSA Social** - Outra medida realizada pela CSA é a chamada “CSA Social”. É inspirada no “Ação Global”, programa criado pela TV Globo nos anos 1990, em parceria com o SESI (Serviço Social da Indústria), com a disponibilização de grandes estruturas para confecção de documentos, realização de atendimentos básicos de saúde e higiene, gratuitamente. O CSA Social tem o mesmo perfil, realizando, ainda, atividades culturais e recreativas. Em novembro de 2014 foi realizada mais uma edição do evento, que também contou com uma exposição sobre o uso do aço no dia a dia.

A extrema desigualdade social do Brasil, que era ainda pior nos anos 1990, fazia com que muitas pessoas tivessem dificuldades no acesso a uma série de serviços públicos gratuitos por não conseguirem retirar documentos na época certa, inclusive em função de uma infraestrutura precária em algumas regiões do país. Dessa maneira, podemos compreender o grande sucesso dessas iniciativas naquela década. Atualmente, ela cumpre outras funções, como no caso da TKCSA. A principal delas é criar uma sensação de vínculo entre a cidadania e ação promovida pela empresa.



- **Copa Social** - A Copa Social foi um conjunto de atividades esportivas realizado pela TKCSA junto com o Instituto Bola Pra Frente, ONG ligada ao ex-jogador de futebol Jorginho. “Mais de 960 crianças e adolescentes de 6 a 17 anos, além de 200 familiares de nove comunidades, participaram de atividades recreativas, esportivas e de desenvolvimento em 141 dias de evento”.⁵⁷

- **Usina Comunitária** - Na edição de outubro de 2014 do “Alô Comunidade!”, a TKCSA divulgou sua nova medida de “responsabilidade social corporativa” para Santa Cruz, a Usina Comunitária. Segundo texto da matéria: “Levaremos até você novas oportunidades de entretenimento, cultura, lazer, esporte e cidadania. Qualidade de Vida, Cultura, Educação e Desenvolvimento de Líderes.”⁵⁸ A Usina Comunitária surgiu como a marca criada pela TKCSA para englobar o conjunto de ações de Responsabilidade Social Corporativa que vem sendo implementado na região. Após cerca de 5 anos desde os estudos do Censo do Complexo da Reta João XXIII, a siderúrgica agora apresenta uma marca que reúne um conjunto de medidas de caráter social voltado para a construção do consenso em torno da sua presença junto aos moradores.

- **Cinemaço** - Uma das primeiras ações da Usina Comunitária foi a realização de sessões de cinema ao ar livre para a comunidade. “Usina Comunitária apresenta CINEMAÇO”⁵⁹, é a chamada para uma apresentação de cinema patrocinada pela empresa. O “Cinemão” é uma caminhonete que projeta filmes em grandes telas, criando um cinema ao ar livre. Essa iniciativa é uma clara alusão ao “Caveirão”, veículo blindado usado pela Polícia Militar do Rio de Janeiro. O “Cinemão” foi criado para a exibição de filmes em favelas que receberam UPPs (Unidade de Polícia Pacificadora). Atualmente, a mesma estrutura, que é patrocinada pela TKCSA, exibe filmes em Santa Cruz. No dia 25/09/14 foi exibido pela primeira vez o documentário “Reta João XXIII”, filme sobre a Reta feito pela equipe do “Cinemão”.

57. AC, Ed. 1, janeiro de 2012, p. 2.

58. AC, Ed. 33, outubro de 2014, p. 2.

59. AC, Ed. 33, outubro de 2014, p. 2.

- **Documentário “Reta João XXIII”** - A realização do documentário “Reta João XXIII” é uma medida central no que tange às ações de caráter cultural da TKCSA. Busca fazer o morador sentir-se protagonista, quando na realidade possui poucos papéis para desempenhar na situação em que vive.

Trabalho, renda e capacitação profissional:

A TKCSA busca transmitir a ideia de que está levando “desenvolvimento” para a região, especialmente a partir de empregos criados no setor industrial, ainda que o número de empregos gerados seja baixo e que muitos funcionários sejam contratados em outros estados. O prefeito do Rio de Janeiro fez uma comparação na qual estimava que a TKCSA gerava menos empregos que a semana de moda “Rio Fashion Week”⁶⁰.



**Mais do que vizinhos,
parceiros de trabalho.**

Programa Jovem Aprendiz da TKCSA.

Se você preenche os requisitos abaixo, venha trabalhar com a gente.

- Faixa Etária: 18 a 21 anos
- Ensino Médio Completo
- Morador da Região: Santa Cruz, outros bairros da Zona Oeste e Itaguaí.

Cadastro até 13 de abril no site:
www.thyssenkrupp-csa.com.br
ou envie currículo para:
rh.csa@thyssenkrupp.com

ThyssenKrupp CSA

- **SENAI de Itaguaí** - A TKCSA destinou recursos para a construção da unidade do SENAI de Itaguaí, que oferece cursos técnicos e atende a cerca de 1800 alunos. O valor das obras chegou a R\$ 10 milhões, que também foram usados na construção do Centro de Formação Profissional de Itaguaí.

- **Programa Jovem Aprendiz** - Trata-se na verdade de uma chamada para envio de currículos do setor de recursos humanos da TKCSA, incentivando os moradores da região a mandarem os seus. Assim, eles supostamente terão uma chance de trabalho dentro da empresa. Nada é garantido, apenas a formação de um banco de cadastros. O importante deste programa parece ser a

60. O Globo, 21/02/2011. Disponível em: <http://oglobo.globo.com/economia/presidente-da-csa-admite-erros-achamos-que-so-os-empregos-bastariam-2792767>

vinculação da imagem da empresa à das comunidades locais: somente “moradores de Santa Cruz, Zona Oeste e Itaguaí” podem se inscrever, mesmo que na TKCSA muitos dos trabalhadores sejam de fora. A mensagem que se busca transmitir é explícita: “Mais do que vizinhos, parceiros de trabalho.”⁶¹

• **Pescadores** - O projeto da Companhia Siderúrgica do Atlântico considerou a previsão de condições de transporte da produção e de matérias-primas através do uso das águas da baía de Sepetiba. A “logística” necessária para tornar rentável um negócio gigantesco e custoso reservou um fim dramático para a baía. A magnitude da TKCSA não seria possível se não estivesse no cálculo de custos a significativa redução de taxas referente a portos e transporte terrestre das cargas.

Por isso, a chegada da TKCSA vem prejudicando a vida e subsistência dos pescadores da baía de Sepetiba. A estimativa de uma associação de pesca⁶² afirmava que eram 8 mil pescadores artesanais na região impactada pelas obras de dragagem, construção do terminal marítimo e navegação para navios de grande porte no local. Com essas mudanças, os peixes começaram a morrer, a contaminar-se ou a ir para muito longe, fazendo com que a pesca deixasse de ser uma atividade economicamente viável para pequenos pescadores. Muitos abandonaram o mar para buscar empregos como pedreiros e demais serviços, num processo de proletarianização forçada, que está acabando com seus modos de vida tradicionais. Por isso, os pescadores foram os primeiros a resistirem contra a TKCSA, antes mesmo dela entrar em operação.

Assim, desde a época da sua construção, a empresa dedica-se a transmitir uma imagem associada à geração de trabalho e renda nesta área. O apoio às associações e colônias de pesca e consultorias “especializadas” – algumas criadas especialmente para receber os recursos – conseguiu quebrar a resistência inicial dos pescadores, fragmentando-os a partir de uma quantidade considerável de projetos, financiamentos e parcerias.

61. AC, Ed. 3, março de 2012, p. 2.

62. FAPESCA - Federação das Associações de Pescadores Artesanais do Rio de Janeiro.

Relatório da Comissão Especial da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (ALERJ)

- Uma comissão foi criada no parlamento estadual para investigar as denúncias contra a TKCSA. Sobre a situação da pesca, o relatório final aponta que a atividade da pesca artesanal na baía de Sepetiba vem sendo profundamente afetada pelos recentes empreendimentos (CSA, Porto de Itaguaí, LLX, Gerdau e Petrobras). A redução da quantidade de pescado, a poluição da baía, o assoreamento de algumas regiões por conta das dragagens do fundo da baía realizadas para a passagem de navios pesados, a criação de zonas de exclusão nas quais os pescadores não podem entrar ou precisam esperar horas até que a maré encha para conseguir atracar em algumas regiões, enfim, o conjunto dos impactos sobre a pesca artesanal pode ser resumido na fala de um dos pescadores da região: “Nós estamos perdendo a baía.”

- **Termos de Compromisso** - A negociação de medidas compensatórias por parte da TKCSA junto a um grupo de pescadores começou a ocorrer em 2007 através dos “Termos de Compromisso para Projetos de Desenvolvimento Sustentável da Pesca e Aquicultura na baía de Sepetiba” (ALERJ, D. O., 20/05/2013, p. 28).

- **Memorando de Entendimentos** - Esses acordos foram substituídos pelo “Memorando de Entendimentos”, de 22 de agosto de 2011. Este memorando se originou do “Termo de Cooperação Ambiental”, de 17 de agosto de 2011, assinado pela TKCSA, INEA e SEA. O objetivo do Termo era “estabelecer medidas a serem implementadas pelas partes, em especial pela TKCSA, com o objetivo de melhorar a qualidade de vida da população da comunidade vizinha ao complexo siderúrgico”.⁶³ O ponto “d” é o que faz referência aos “programas e projetos voltados para o desenvolvimento do setor da pesca artesanal”.

63. Ver anexo 13 dos documentos disponíveis em: <http://www.thyssenkrupp-csa.com.br/fileadmin/documents/publications/Relatorio_para_website.pdf> Acesso em: 03/11/2014. Conferir também: Viegas *et al*, 2014, p. 156.

Dentre as medidas de compensação junto aos pescadores informadas em ambas as tabelas encontra-se, basicamente, o suporte para construção de fazendas marinhas e cultivo de mariscos na Baía de Sepetiba. No entanto, todo o processo de escolha de projetos e financiamentos foi nebuloso, gerando muitas críticas. A principal delas foi porque não houve nenhuma preocupação em promover e garantir condições para a manutenção da pesca na região, mas sim angariar apoio de algumas associações através do financiamento dos projetos citados e, com isso, consolidar a presença da TKCSA na região com o cumprimento das medidas acordadas junto ao INEA e SEA.

No total, a TKCSA destinou cerca de R\$ 6,2 milhões a projetos de compensação junto a algumas entidades formadas por pescadores e maricultores. As associações citadas na Tabela INEA e no Termo de Quitação do Memorando de Entendimentos e que receberam recursos de cerca de R\$ 4,6 milhões são as seguintes:

- Colônia de Pescadores Z-14 da Pedra de Guaratiba;
- Associação dos Pescadores Artesanais de Sepetiba (APAS);
- Associação dos Pescadores e Lavradores da Ilha da Madeira (APLIM);
- Associação dos Maricultores da Costa Verde (AMCOVERI);
- Associação dos Maricultores de Mangaratiba (AMAR);
- Associação de Pescadores e Maricultores da Ilha da Marambaia (APMIM);
- Associação de Maricultores do Litoral Sul do Estado do Rio de Janeiro (AMALIS);
- Associação de Pesca Artesanal no Rio São Francisco (APASF);
- Associação dos Pescadores e Marisqueiros de Muriqui (APEMAM);
- Colônia de Pescadores Z-16; e
- Associação Livre de Maricultores de Coroa Grande (AMACOR).

No dia 25 de agosto de 2011, quando foram divulgados os acordos envolvendo a TKCSA e as associações, a FAPESCA (Federação das Associações de Pescadores Artesanais do Rio de Janeiro), junto

à Confederação dos Pescadores Artesanais do Brasil e outras entidades, divulgou uma nota criticando o acordo e questionando a representatividade de algumas associações de pesca.

Diziam que algumas entidades que assinaram o acordo não representavam os pescadores da baía ou não eram formadas pelos pescadores atingidos pelos impactos da TKCSA. Além disso, rejeitavam qualquer medida compensatória que não fosse a recuperação das condições da pesca na baía de Sepetiba.

Mais recentemente, no dia 25 de outubro de 2013, as mesmas entidades de pesca assinaram o “Termo de Quitação do Memorando de Entendimentos de 22/08/2011”, isentando a TKCSA de outras obrigações para com os pescadores e atestando que todas as medidas que haviam sido combinadas estavam cumpridas. Porém, no documento disponível no site da TKCSA⁶⁴, não consta assinatura das referidas entidades, apenas do Secretário de Meio Ambiente, Carlos Minc e da presidente do INEA, Marilene Ramos (à época).

A MMX, criada pelo empresário Eike Batista, também financiou as mesmas associações de pesca, desembolsando o valor de R\$ 2,3 milhões. Em suma, os acordos que envolveram a passagem de recursos da TKCSA para entidades de pesca carecem de maiores esclarecimentos por parte dos atores envolvidos⁶⁵. Uma das recomendações da Comissão Especial da ALERJ foi a realização de uma auditoria para averiguar o uso dos recursos de compensação oferecidos pela TKCSA.

É evidente que ocorre uma degradação progressiva das condições de pesca na baía de Sepetiba. As chamadas “medidas compensatórias” analisadas nesta seção não tiveram como objetivo a manutenção das condições de trabalho dos pescadores, mas sim a desmobilização, através da oferta de recursos, de entidades de pesca que, ao se beneficiar dos recursos disponibilizados pela TKCSA, passariam a se posicionar favoravelmente à TKCSA.

64. Ver: <http://www.thyssenkruppcsa.com.br/fileadmin/documents/publications/To_de_Quita%C3%A7%C3%A3o_Memorando_de_Entendimentos_dos_Pescadores.pdf> Acesso em: 16/11/14.

65. Disponível em: <<http://www.mmx.com.br/pt/sala-de-imprensa/noticias/Paginas/MMX-vai-financiar-projetos-de-pesca-artesanal-e-aquicultura-na-Ba%C3%ADa-de-Sepetiba.aspx#sthash.UYROFrmV.dpuf>> Acesso em: 02/11/14.

Conclusão: 10 lições sobre Responsabilidade Social Corporativa

Depois de conhecer a história dos moradores de Santa Cruz e dos pescadores (alvo dos projetos de Responsabilidade Social Corporativa da TKCSA), é possível chegar a que conclusões?

1. A primeira é que, nestes projetos, apesar da aparência benigna, altruísta e das amostras de boas intenções, o objetivo final é muito claro: impedir que a resistência popular interfira nos lucros de negócios que impactam a vida das pessoas. Sua função é calar vozes contrárias, mas, em vez de usar a violência direta (como os jagunços armados que intimidam camponeses sem-terra, por exemplo), a Responsabilidade Social Corporativa garante o mesmo objetivo por um caminho mais sutil, o que pode tornar a resistência mais difícil em alguns casos;
2. A Responsabilidade Social Corporativa tenta fazer as pessoas e comunidades atingidas por uma atividade industrial verem a empresa como “amiga”, “parceira” ou até mesmo “salvadora” da comunidade. Tenta a todo custo evitar que seus impactos a coloquem na posição de “inimigo” ou “invasor” daquele local. Neste sentido, é uma prática, antes de tudo, *política*⁶⁶. Assim, a grande empresa ganha um papel político muito forte;
3. Este tipo de atuação não está regulado em quase nenhum lugar do mundo. No Brasil, tampouco não temos uma lei que defina o que é a Responsabilidade Social Corporativa, o que pode ser feito,

66. Schmitt (1995).



Até a imprensa alemã já deu destaque aos impactos causados pela TKCSA aos pescadores da Baía de Sepetiba. Na foto, uma liderança de uma das poucas associações que resistiu às investidas da empresa mostra, um peixe de pelúcia, em protesto, ao presidente do conselho de acionistas da ThyssenKrupp, na Alemanha.

nem o que seria proibido. Temos uma lei eleitoral, que regula as ações de candidatos, também temos uma lei que limita a propaganda destinada ao público infantil, mas a ação política das empresas neste ramo fica solta: não temos legislação voltada para coibir o abuso do poder econômico por parte das empresas em comunidades atingidas por megaempreendimentos;

4. As ONGs e “consultorias” que oferecem “serviços” neste setor ou que promovem a Responsabilidade Social Corporativa como um mecanismo de gestão de conflitos sociais também ficam desreguladas, agindo livremente para incentivar uma prática que sustenta, muitas vezes, a perda de direitos e violações da legislação ambiental;

5. Quando a imagem amigável não funciona por completo (quando existem danos à saúde, por exemplo), a Responsabilidade Social Corporativa também funciona como uma espécie de “chantagem” para cima da população impactada: ou aceitam os projetos compensatórios ou ficam sem nada. Em alguns casos, a situação é mais grave: quando os serviços públicos são tão precários que os projetos privados pontuais passam a ser vistos como uma melhoria real na vida de alguns moradores, gerando uma divisão na comunidade, um “racha” entre os moradores;

6. No Brasil, nada disso é feito à revelia do Estado. Pelo contrário: é o mesmo Estado que não investe em serviços públicos para regiões pobres, como Santa Cruz, no Rio de Janeiro, que posteriormente sugere às grandes empresas poluidoras uma série de medidas “compensatórias”. Mas as medidas só se tornam importantes devido ao descaso das autoridades com as periferias, os bairros pobres, onde vivem os trabalhadores, na maioria negros e negras. Neste caso, a Responsabilidade Social Corporativa atua como “medida compensatória” tanto das empresas quanto do Estado, que incorpora nos acordos aquilo que não faz pelas massas populares. Trata-se de uma terceirização do Estado, que passa para as mãos das empresas a prestação de serviços públicos. A empresa passa a executar políticas públicas sem ter sido eleita para isso;

7. Ainda não são muitos os estudos críticos sobre a Responsabilidade Social Corporativa no Brasil. Apesar de ser uma prática cada vez mais presente na atuação das grandes empresas, a sociedade de modo geral ainda desconhece o que realmente significa esse tipo de estratégia. Muitas pessoas ainda acreditam que se trata de uma “visão ética” de alguns capitalistas; outros acham que esses projetos sociais são *apenas* parte dos métodos de propaganda e marketing (o que não deixam de ser), acreditando que são inofensivos socialmente – algo que estão longe de ser;
8. Mas toda pessoa que fica sabendo um pouco mais da lógica e das funções desempenhadas pela Responsabilidade Social Corporativa acaba se questionando se essas práticas ajudam ou atrapalham as comunidades atingidas. Sempre que temos acesso a informações sobre estes projetos, vemos que a linguagem positiva sobre “empoderamento” comunitário geralmente se traduz em perda de direitos (sociais, ambientais, individuais) por parte das populações impactadas pela ação de grandes empresas;
9. Desde o século XIX, grandes pensadores como Oscar Wilde já criticavam a função da filantropia em sustentar os males sociais causados pela concentração de propriedade privada, uma técnica que impedia os oprimidos de perceberem seus verdadeiros opressores como tal. Com a modernização da sociedade e da tecnologia no capitalismo desde então, as técnicas de controle social se sofisticaram também. Hoje em dia, há especialistas que consideram a Responsabilidade Social Corporativa como o aspecto mais representativo da sociedade em que vivemos: a sociedade que não consegue acreditar que um mundo sem a dominação do grande capital seja possível⁶⁷; e
10. Pois é sobre dominação, mais que tudo, que se trata a Responsabilidade Social Corporativa. Dominação no aspecto mais amplo, social, pois ela visa transmitir a falsa ideia de que as grandes

67. Zizek (2009) classifica esta fase histórica como “capitalismo cultural” ou “capitalismo pós-moderno”. Para uma crítica individualista da filantropia, ver: Wilde (2003).

empresas (logo, grandes concentrações de capital) não são culpadas pela crise em que vivemos, mas na verdade seriam as “responsáveis” por sair ou lidar com ela. Dominação também no aspecto mais local, onde o conflito entre comunidades atingidas e empresas impactantes é “gerido” de forma a atender aos interesses dos investidores, desmobilizando tentativas de resistências organizadas. Quando serviços públicos ficam condicionados à aceitação das imposições de uma empresa particular, muitas comunidades não têm outra opção senão submeter-se.



Mas “onde há poder há resistência”, conforme famosa frase de um dos maiores especialistas em relações de poder no mundo contemporâneo⁶⁸. E apesar de todas as estratégias de Responsabilidade Social Corporativa da TKCSA, a violação de direitos continua e não foi “compensada” até hoje. As reparações não foram conquistadas ainda, mesmo que centenas de moradores e pescadores tenham entrado com processos, via Defensoria Pública do Rio de Janeiro e Ministério Público Federal, cobrando indenizações da empresa e que uma parte deles também busque se organizar para realizarem juntos a difícil tarefa de falar com os amigos, vizinhos e familiares



68. Foucault (1991, p. 91).

sobre o que significa a TKCSA em suas vidas. Em outras palavras, ir contra a ideia vendida pelos projetos de Responsabilidade Social Corporativa da empresa.

E são esses moradores e pescadores que iniciaram e mantêm viva a campanha **#PARE TKCSA**, que cresceu e ganhou apoio de outras comunidades impactadas, estudantes, professores, pesquisadores, movimentos sociais, ONGs e até do sindicato da ThyssenKrupp na Alemanha, que conhece bem as violações de direitos praticadas pela empresa lá também.

Até agora, a campanha PARE TKCSA não conseguiu fazer com que a empresa respeite a saúde e vida dos moradores totalmente. Mas conquistou algumas vitórias (parciais) importantes:

- Diante da pressão popular, a empresa instalou um filtro que diminuiu, em parte, a emissão de “chuva de prata” (mas que não parou totalmente e as pessoas seguem adoecendo);
- Obrigou as autoridades a se posicionarem contra a empresa, aplicando multas e negando a licença definitiva (mas fazendo acordos que permitem a siderúrgica a funcionar mesmo inadequada à legislação ambiental);
- Manteve aceso o espírito de luta e o orgulho de defender seus direitos entre os moradores de Santa Cruz e baía de Sepetiba, que estão “em busca de um futuro legal” para sua região, conforme expresso em exposição organizada por eles em 2014; e
- Lançou um importante questionamento ao modelo de desenvolvimento baseado na atração de grandes capitais para megaempreendimentos nos setores extrativista e industrial de alto impacto, frequentemente às custas das comunidades locais atingidas e com benefícios estatais na forma de empréstimos, isenções fiscais, doações de terrenos e concessões de licenças ou acordos para funcionamento, mesmo quando geram passivos socioambientais graves.

Mas as ações de Responsabilidade Social Corporativa da TKCSA impedem que a campanha avance e que mais direitos sejam conquistados pelos moradores de Santa Cruz e pescadores da baía de Sepetiba. Por um lado, os projetos sociais criam uma imagem junto à opinião pública e, por outro, tentam criar uma dependência da comunidade em relação à empresa. Tudo para poder continuar sua produção poluente e que não está em conformidade com a lei ambiental.

Diante disso, aqueles que resistem a tal situação perceberam que era preciso enfatizar a falta de legalidade (licença) na operação da TKCSA, encoberta pelos programas de Responsabilidade Social, lançando uma nova palavra de ordem: “a TKCSA não é legal”.

A estratégia da Responsabilidade Social, em si, não é ilegal. Mesmo que ela possa ser considerada *imoral* por alguns, não existe até hoje uma lei que regule sua aplicação – algo que seria bem-vindo. Mas existe lei ambiental e a TKCSA não se encaixou nela até hoje. Assim, a empresa não é legal, funcionando por meio de um improviso jurídico e pela complacência das autoridades.

Como diz o lema, “a TKCSA não é legal”.

Mas é por meio dos projetos de Responsabilidade Social Corporativa que está legalizando sua presença, atuação e impactos – esses sim, amplamente ilegais.

Se você acha que esta é uma causa importante, junte-se à campanha e venha ajudar a população de Santa Cruz a defender seus direitos contra uma grande empresa poluidora internacional!

Para mais informações:

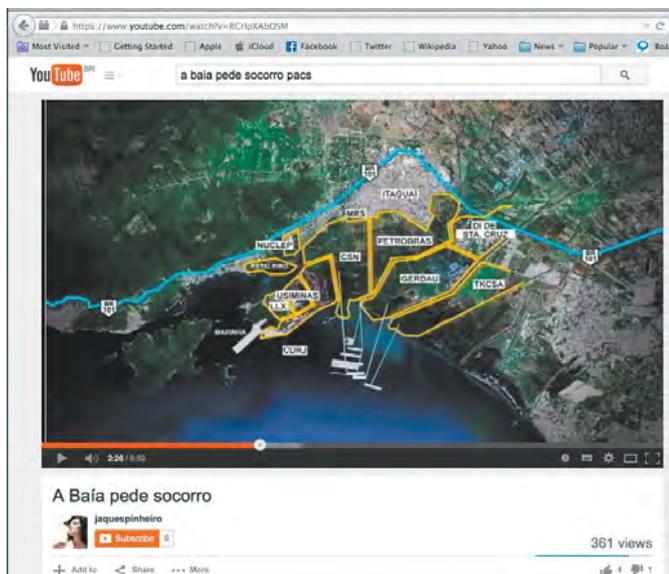
www.pacs.org.br

www.paretkcsa.blogspot.com.br

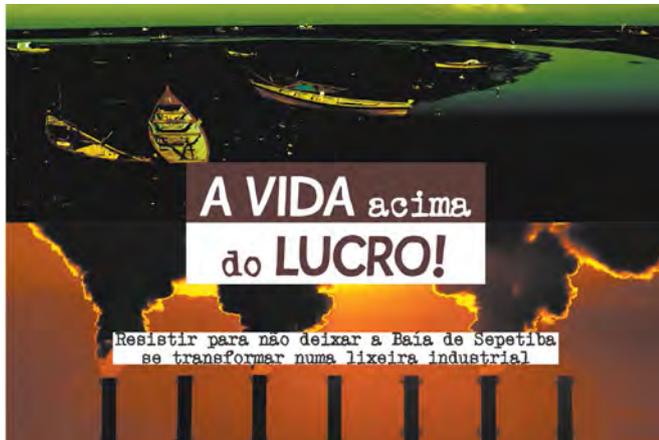
www.rls.org.br

Conheça os materiais do PACS

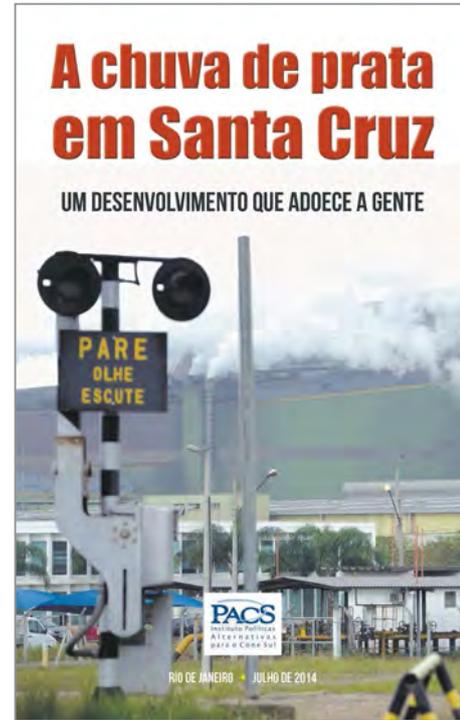
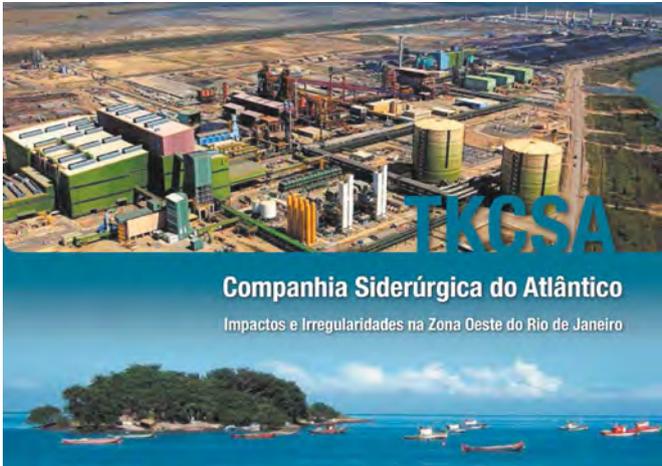
Assista aos nossos vídeos no Canal do **PACS Filmes** no youtube:
www.youtube.com/user/PACSInstituto



Conheça nossas publicações sobre o caso!



Baixe estas publicações em: www.pacs.org.br



Bibliografia

ALERJ. Relatório final. Relatório e conclusão dos trabalhos da comissão especial para apurar possíveis irregularidades e imprevidências do Governo do Estado e do Instituto Estadual do Ambiente - INEA, no processo de concessão de licenciamento ambiental referente à implantação da Companhia Siderúrgica do Atlântico - CSA, situada em Santa Cruz, no município do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2013, Diário Oficial, 20/05/13.

BOWEN, Howard. *Social Responsibility of Businessman*. New York: Harper and Row, 1953.

CAPPELLIN e GIFFONE. As empresas em sociedades contemporâneas: a responsabilidade social no Norte e no Sul. In.: CADERNO CRH, Salvador, v. 20, n. 51, p. 419-434, set./dez. 2007.

CRBIO. Biólogos. Informativo do Conselho Regional de Biologia da 2ª Região, Rio de Janeiro e Espírito Santo. Ano IX, Nº 104, junho/2012.

CURTIS, Adam. The century of the self. London: BBC, 2002. (Documentário de Televisão, disponível em: <http://vimeo.com/85948693>)

FOUCAULT, Michel. *História da Sexualidade I: a vontade de saber*. Rio de Janeiro: Graal, 1985.

FURTADO, Fabrina. Ambientalismo de espetáculo: a economia verde e o mercado de carbono no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: PACS, 2012.

KATO, Karina; QUINTELA, Sandra. Companhia Siderúrgica do Atlântico: Impactos e Irregularidades na Zona Oeste do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: PACS, 2012, 3a ed.

LEVITT, Theodore. "The dangers of corporate social responsibility". In: *Harvard Business Review*, 1958.

MARTINS, André Silva. Estratégias burguesas de obtenção do consenso nos anos de neoliberalismo da terceira via. In.: NEVES, Lúcia Maria (org.). A nova pedagogia da hegemonia. São Paulo: Xamã, 2005.

PANTOJA, Igor. Planejamento Privado Social: práticas da CVRD (Vale S.A.) em municípios do Maranhão. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro: IPPUR-UFRJ, 2012.

PELIANO, Anna Maria T. Medeiros, (coord.). Bondade ou Interesse? Como e por que as empresas atuam na área social. Brasília: IPEA, 2001;

- PLACIDO, Patrícia. Os programas de educação ambiental na relação empresa-escola: uma análise do programa de educação ambiental da ThyssenKrupp CSA (PROCEA) no município de Itaguaí. Seropédica: PPGE-UFRRJ. Dissertação de Mestrado, 2012.
- QUINTELA, Sandra (Coord.). A chuva de prata em Santa Cruz - um desenvolvimento que adocece. Rio de Janeiro: PACS, 2014.
- RAMIRO, Pedro. “Las multinacionales y la Responsabilidad Social Corporativa: de la ética a la rentabilidad”. En: ZUBIZARRETA, Juan; RAMIRO, Pedro (orgs.). *El Negócio de la Responsabilidad: crítica de la Responsabilidad Social Corporativa de las empresas transnacionales*. Barcelona: Icaria, 2009.
- SCHMITT, Carl. *The concept of the political*. Chicago: University of Chicago Press, 1995.
- TKCSA. Produzindo aço hoje com responsabilidade no amanhã. Rio de Janeiro, 2012.
- TKCSA/CIEDS. Programa de Apoio a Iniciativas Socioeducativas - PAIS. Diálogos Avaliativos: Resultados e Percepções, 2013.
- TKCSA. Programa ThyssenKrupp-CSA de Comunicação e Educação Ambiental - PROCEA, 2010.
- TKCSA. Demonstrações Contábeis em 30 de setembro de 2011 e 2010.
- TKCSA. “Alô Comunidade!”. Santa Cruz, Rio de Janeiro: 2012-2014, ed. 01 a 34.
- VIÉGAS, Rodrigo Nuñez; GIFFONI, Raquel; GARZON, Luis Fernando Nova. Negociação e acordo ambiental: o termo de ajustamento de conduta (TAC) como forma de tratamento de conflitos ambientais. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Böll, 2014.
- ZIZEK, Slavoj. *First as tragedie, then as farse*. London: Verso, 2009. Ver também a ótima animação com mesmo título no youtube: <https://www.youtube.com/watch?v=hpAMbpQ8J7g>
- ZUBIZARRETA, Juan; RAMIRO, Pedro (orgs.). *El Negócio de la Responsabilidad: crítica de la Responsabilidad Social Corporativa de las empresas transnacionales*. Barcelona: Icaria, 2009.
- WILDE, Oscar. *A Alma do Homem sob o Socialismo*. Porto Alegre: LP&M, 2003.

